



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

**NOMES PRÓPRIOS E FILOSOFIA DA LINGUAGEM:
uma análise contemporânea**

Simone de Oliveira Beltrão Leite

**João Pessoa-PB
2014**

SIMONE DE OLIVEIRA BELTRÃO LEITE

**NOMES PRÓPRIOS E FILOSOFIA DA LINGUAGEM:
uma análise contemporânea**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal da Paraíba, como requisito regulamentar para obtenção do título de Mestre.

Orientador:

Prof. Dr. Anderson D’Arc Ferreira

Linha Pesquisa: História da Filosofia Antiga

**João Pessoa-PB
2014**

L533n Leite, Simone de Oliveira Beltrão.

Nomes próprios e filosofia da linguagem: uma análise contemporânea / Simone de Oliveira Beltrão Leite.- João Pessoa, 2014.

95f.

Orientador: Anderson D'Arc Ferreira

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHL

1. Filosofia. 2. Filosofia da linguagem. 3. Nomes próprios.
4. Filosofia analítica. 5. Descritivismo. 6. Causalidade.

UFPB/BC

CDU: 1(043)

SIMONE DE OLIVEIRA BELTRÃO LEITE

**NOMES PRÓPRIOS E FILOSOFIA DA LINGUAGEM:
uma análise contemporânea**

João Pessoa, 06 de outubro de 2014.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Anderson D'Arc Ferreira
Orientador (UFPB)

Prof. Dr. Bartolomeu Leite da Silva
Membro Interno (UFPB)

Prof. Dr. Danilo Vaz Curado Ribeiro de Menezes Costa
Membro Externo (UNICAP)

Aos meus pais, Geraldo Gomes Beltrão, *in memoriam*, e Lúcia Beltrão.

Aos meus pais do coração, Geraldo Ferreira de Oliveira e Odete D'Arc
Ferreira de Oliveira. Aos irmãos da família D'Arc's, Rodrigo, Wellington e Maria
Lúcia.

À minha família: meus filhos Josinaldo Júnior e Igor, minha nora Raissa, ao
meu querido esposo Josinaldo Pereira Leite.

À minha amiga Glória Batista.

AGRADECIMENTOS

Acima de tudo agradeço a Deus.

Ao meu orientador Professor Anderson D'Arc pela dedicação, apreço e estímulo na realização desse trabalho.

Agradeço aos meus familiares pelo apoio incondicional, pela estrutura, pelos recursos, pelo amor.

Aos professores Bartolomeu Leite da Silva e Marconi Pequeno, pelo incentivo e ajuda quando todos diziam para que eu não fizesse o mestrado.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Fátima, Graça, Paulo, Francisco, e Tadeu, pela ajuda incondicional em todos os momentos.

A todos os amigos e em especial aos meus filhos e marido, que, de forma imediata, aguentaram todos os atropelos emocionais ocasionados pelos trabalhos da dissertação, em especial nessa fase final de escrita.

“O que se pode dizer pode ser dito claramente; e aquilo de que não se pode falar
tem de ficar no silêncio.”

Wittgenstein

RESUMO

A presente pesquisa de dissertação tem como objetivo discorrer acerca do papel dos nomes próprios dentro da filosofia da linguagem contemporânea. O viés que adotaremos é o de um internalista. Para realizar nossa pesquisa iniciaremos por contextualizar qual foi o significado que a virada pragmático-linguística teve no campo filosófico. Disso tentaremos expor alguns dos elementos mais importantes que caracterizam a importância das discussões dos nomes próprios dentro da filosofia da linguagem. Tendo em vista nosso viés internalista, buscaremos demonstrar duas funções básicas dos nomes próprios, a função informacional e a função operacional. De posse disso apresentaremos duas correntes distintas das teorias da nomeação, o descritivismo e a teoria da causalidade. Com esse percurso pretendemos conseguir mostrar ao leitor o significado e o papel que os nomes próprios assumem dentro das discussões contemporâneas da filosofia da linguagem de cunho analítica.

Palavras-Chaves: Nomes Próprios; Filosofia analítica; descritivismo; causalidade.

ABSTRACT

This dissertation research aims to discuss about the role of proper names in the contemporary philosophy of language. The bias that we will adopt is an internalist. To perform our research will begin by contextualizing what was the meaning that the pragmatic-linguistic turn had the philosophical field. It will try to expose some of the most important elements which characterize the importance of discussions of proper names within the philosophy of language. Given our internalist bias, seek to demonstrate two basic functions of proper names, the informational function and operational function. Possession that present two distinct streams of theories of appointment, the descriptivismo and causation theory. With this route we intend to show the reader get the meaning and the role that proper names take within contemporary discussions of analytic philosophy of language imprint.

Key Words: Proper Names; analytic philosophy; descriptivism; causality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A VIRADA LINGUÍSTICA NA FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA	15
1.1 A VIRADA PRAGMÁTICA.....	17
1.2 A DISCUSSÃO CLÁSSICA ACERCA DOS NOMES PRÓPRIOS.....	21
1.2.1 Referência e denotação.....	22
1.2.2 Sentido e significado.....	27
2 A FUNÇÃO DOS NOMES PRÓPRIOS	32
2.1 A NOÇÃO INFORMACIONAL DOS NOMES PRÓPRIOS.....	33
2.2 A FUNÇÃO OPERACIONAL DOS NOMES PRÓPRIOS.....	40
2.3 ALGUMAS QUESTÕES ACERCA DOS NOMES PRÓPRIOS.....	47
3 DUAS TEORIAS DA NOMEAÇÃO	57
3.1 DESCRITIVISMO.....	62
3.2 CAUSALIDADE.....	72
3.3 ALGUMAS QUESTÕES.....	85
CONCLUSÃO	88
REFERÊNCIAS	92

INTRODUÇÃO

Em nosso século, a linguagem se tornou a questão central da filosofia. O ímpeto para sua idealização surgiu a partir de diferentes problemáticas: no campo da teoria do conhecimento o modelo de filosofia transcendental foi criticado e transformado em uma crítica do sentido, em uma crítica da linguagem; na lógica o confronto se estabeleceu a partir dos problemas oriundos das linguagens artificiais com a crescente análise das linguagens naturais; no campo da antropologia teremos o confronto da noção de linguagem e a necessidade de sua correlação com a visão de mundo; no campo da ética surgem os questionamentos em relação à racionalidade a partir das distinções entre as sentenças declarativas e as sentenças normativas. Portanto, concordes com a visão de Apel, concluímos que a linguagem se transformou no *locus* de interesse comum de todas as escolas e métodos filosóficos.

O que nos cabe salientar é que a mudança de direção da filosofia para a pesquisa no âmbito da linguagem não é a descoberta de um novo campo pertencente à realidade que precisa ser trabalhado. O que se observa é uma virada mesmo na concepção de filosofia, ou seja, uma mudança na forma de fazer e entender a filosofia e seus procedimentos.

Inicialmente essa mudança significou uma nova forma de se articular as perguntas filosóficas, ou seja, um abandono das velhas perguntas acerca da essência da causalidade para a possibilidade de se investigar o sentido do termo 'causalidade'. O foco, portanto, está na linguagem. Esse movimento se acentuou de tal modo que se identificou o uso do termo 'filosofia' com a 'crítica da linguagem'. O desenrolar desse movimento, contudo, mostrou que o que ocorria era uma virada na filosofia, uma virada linguística que mudava os paradigmas de toda a filosofia e redefinía a própria identidade da filosofia. O que ocorreu é que a linguagem deixou de ser vista como um mero objeto acessório e secundário para a filosofia e se transformou em objeto de sua reflexão, ou seja, em um fundamento do pensar. Oliveira descreve esse movimento da seguinte maneira:

(...) a filosofia da linguagem passa a poder levantar a pretensão de ser "a filosofia primeira" à altura do nível de consciência crítica de

nossos dias. Isso significa dizer que a pergunta pelas condições de possibilidade do conhecimento confiável, que caracterizou toda a filosofia moderna, se transformou na pergunta pelas condições de possibilidade das sentenças intersubjetivamente válidas a respeito do mundo. Isso implica radicalização da crítica do conhecimento, como ela foi articulada nos últimos séculos, pois a pergunta pela verdade dos juízos válidos é precedida pela pergunta pelo sentido, linguisticamente articulado, o que significa dizer que é impossível tratar qualquer questão filosófica sem esclarecer previamente a questão da linguagem. Numa palavra, não existe mundo totalmente independente da linguagem, ou seja, não existe mundo que não seja exprimível na linguagem. A linguagem é espaço de expressividade do mundo, a instância de articulação de sua inteligibilidade. (OLIVEIRA, 1996, p. 12-13)

A reviravolta linguística na filosofia contemporânea, ou no pensamento filosófico do século XX, se centraliza na tese central de que é impossível fazer filosofia, filosofar acerca de algo, sem filosofar sobre a linguagem. A linguagem passa a ser vista como um momento constitutivo de todo e qualquer ser humano de tal forma que toda e qualquer construção de conhecimento tenha de passar pela reflexão linguística.

Dentro desse contexto surge, como uma das análises linguísticas que eram necessárias serem empreendidas, a discussão acerca dos nomes próprios.

Na década de 1970, por exemplo, alguns pesquisadores, como Tyler Burge¹, se espantavam quando alguém teorizasse algo acerca dos nomes próprios. Entretanto, essa primeira impressão é totalmente desfeita quando olhamos a volumosa produção investigativa acerca dos nomes próprios desde a origem da filosofia analítica até nossos dias. As investigações nesse campo são tão vastas que parece impossível que alguém consiga teorizar algo de novo acerca dessa temática. O que hodiernamente pode parecer surpreendente é que alguém ainda ouse dizer algo acerca dos nomes próprios.

Em sua grande maioria, os estudos tradicionais de nomes próprios buscam elucidar a questão ou função referencial desses nomes, portanto, em sua maioria, os estudos visam investigar a função dos nomes próprios de referir coisas. Essa forma investigativa surge pelo interesse básico em elucidar as condições de verdade dos enunciados da linguagem. Normalmente o que precisa ser esclarecido é o que acontece quando um nome exerce a função referencial e quais seriam os fatores que possibilitariam que tal função fosse exercida. Esses esclarecimentos são

¹ Cf.: BURGE, 1973, p. 425.

fundamentais para que se possa ter uma compreensão correta das condições de verdade dos enunciados que tem ocorrência de nomes próprios. Em outras palavras, o que se pretende, em última instância, é estabelecer a relação entre a linguagem e o mundo a partir da função representacional da própria linguagem.

O grande problema está no fato de que a linguagem não se relaciona só com os objetos do mundo, ou seja, também existe a relação entre as pessoas que utilizam a linguagem com a própria linguagem. No nosso cotidiano usamos a linguagem para dar informações, para receber informações. Quando se estuda a linguagem ordinária, portanto, os filósofos não estão fugindo do escopo da filosofia analítica da linguagem. Contudo, é preciso explicar esses usos, esses contextos e especificar qual é o papel dos nomes próprios dentro dessa gama gigantesca de troca de informações.

O que observamos hodiernamente é que o tema dos nomes próprios tem sido tratado na tradição da filosofia analítica, ou na filosofia da linguagem, como um problema que deve se concentrar no esclarecimento da função referencial que é típica a tais nomes. A forma de se colocar o problema dessa maneira não diminui seu alcance teórico e sua carga epistêmica. O que torna a questão dos nomes próprios tão imbricada a todos os temas relacionados com a filosofia (como a metafísica, a ética, a ontologia, a teoria do conhecimento, etc.) é que, através dos nomes próprios, que são signos linguísticos, nos referimos ao mundo.

A motivação que tivemos ao estudar os nomes próprios foi a de buscar compreender melhor a relação entre a linguagem e a realidade objetiva, o mundo ou a realidade extralinguística. Do nosso ponto de vista concordamos com Brito quando afirma, acerca dos nomes próprios, que: “Os nomes são elementos fundamentais da linguagem em sua relação com o mundo objetivo. A eles é conferida uma privilegiada vinculação aos objetos, que poderíamos expressar inicialmente na seguinte definição: os nomes estão nas sentenças, por objetos.” (BRITO, 2003, p. 20).

Tendo em vista o objetivo de nossa dissertação, investigar o papel dos nomes próprios na filosofia da linguagem contemporânea, dividiremos nossa pesquisa em três capítulos.

No primeiro capítulo buscaremos investigar o significado da virada linguística na filosofia contemporânea. Tendo em vista que todo programa investigativo deve elucidar seu contexto, nesse capítulo investigaremos o contexto de surgimento da

Filosofia da Linguagem, em sua acepção analítica. Para tanto dividiremos nosso percurso em dois momentos. No primeiro analisaremos o significado da virada linguística e da virada pragmática dentro da filosofia analítica da linguagem. De posse desse contexto investigaremos a discussão clássica do significado dos nomes próprios. Essa etapa será composta pela análise de noções como ‘referência’, ‘denotação’, ‘sentido’ e ‘significado’, por exemplo.

No segundo capítulo de nossa dissertação buscaremos investigar elementos fulcrais para a análise analítica dos nomes próprios. O objetivo desse capítulo é investigar a função dos nomes próprios. O percurso que escolhemos, como viés metodológico, analisará, inicialmente, a função informacional dos nomes próprios. Em seguida buscaremos elucidar a função operacional assumida pelos nomes próprios dentro da filosofia analítica da linguagem. Para finalizar nosso percurso apresentaremos algumas das questões que consideramos fundamentais, e mais clássicas, no que concerne à investigação dos nomes próprios e de suas funções.

No terceiro capítulo buscaremos investigar duas teorias da nomeação, ou seja, duas teorias, adversárias entre si, que entendem os nomes próprios e suas funções de forma distinta. Iniciaremos por estabelecer o significado e alcance das teorias descritivistas. Em um segundo momento nos ocuparemos das teorias causais dos nomes próprios. Estabelecidas as diferenças entre esses sistemas, apresentaremos algumas questões que consideramos pertinentes para o entendimento do papel dos nomes próprios para a filosofia analítica da linguagem.

Ao final de todo esse percurso apresentaremos algumas considerações finais. Iniciemos, pois, a explicitação de nossa pesquisa.

1 A VIRADA LINGUÍSTICA NA FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA

Embora a terminologia acima possa ser encontrada em vários campos dos saberes, o termo 'virada linguística' ou 'giro linguístico' é próprio do campo filosófico. Na presente dissertação nosso objetivo não é o de exaurir todos os elementos que compõem essa virada. O que pretendemos aqui é tão somente compreender o real significado do estudo dos nomes próprios na filosofia contemporânea.

Entrementes, para que possamos entender os estudos da filosofia analítica acerca dos nomes próprios devemos entender o contexto teórico-metodológico no qual esse estudo se insere. Tendo em vista essa necessidade, o que iremos realizar nesse capítulo é estabelecer os principais elementos que realizaram a virada investigativa no campo filosófico. Nossa investigação, portanto, está circunscrita num âmbito restrito e delimitado, entender o *lócus* dos estudos contemporâneos dos nomes próprios.

O termo 'virada linguística' normalmente designa o predomínio da linguagem sobre o pensamento, ou seja, ela estabelece que o objeto mais próprio da investigação filosófica seja, efetivamente, a linguagem. O que observamos nessa 'virada', conforme nos alude Davidson, é que ela mostra, nomeando, um novo paradigma com relação à forma de se fazer filosofia.

Depois da visão de que a história da filosofia é composta por várias viradas paradigmáticas, como, por exemplo, na epistemologia de Thomas Kuhn, a maioria dos estudiosos dessa vertente entende que teríamos passado por pelo menos três viradas. Tais viradas serviriam para entender a forma com que um paradigma dá espaço a outro. A primeira virada teria feito com que as buscas filosóficas oriundas da filosofia antiga se diferenciasssem das realizadas na filosofia da modernidade. A segunda virada teria sido a responsável por distanciar os interesses filosóficos da modernidade dos interesses filosóficos contemporâneos. Por fim, a terceira virada seria aquela que se estabelece, no interior da filosofia contemporânea e lhe confere o status em que ela se encontra hodiernamente. Esboçaremos, brevemente, o primeiro e o segundo momento juntos, e, posteriormente, a terceira virada, a contemporânea.

A filosofia antiga expressava-se mediante preocupações cosmo-ontológicas e, por isso, suas perguntas centravam-se no mundo. Na filosofia moderna a pergunta

acerca do mundo torna-se algo secundário pois, antes de perguntar algo acerca do mundo, sobre o que há de real, ela se questiona acerca de qual a representação do mundo é válida, qual representação seria verdadeira, ou, em outras palavras, se existe ou não conhecimento no mundo. O que observamos, portanto, é que na modernidade a filosofia se entende como teoria do conhecimento, como uma epistemologia, devido ao aspecto central que a pergunta acerca do conhecimento é assumida. Entretanto, como a forma de se elaborar os aparatos cognitivos para podermos realizar a epistemologia são subjetivos, a modernidade volta-se para o sujeito do conhecimento, o que a leva a fixar-se em modelos subjetivos.

Ao final da modernidade, basicamente com Wittgenstein, surge o questionamento mais feroz acerca da noção tradicional da consciência, que era vista como uma 'linguagem privada', demonstrando que o que efetivamente existia era uma linguagem social. O que observamos, a partir disso, é que em menos de cem anos, toda a estrutura da filosofia moderna, a filosofia da consciência, ganhou mais críticas do que qualquer outro paradigma epistêmico. Tais críticas foram a base do que hoje conhecemos como virada linguística.

A virada linguística surge da ideia de que, para a filosofia, o melhor seria o abandono da 'filosofia da consciência', da filosofia moderna, uma vez que ela estaria mais comprometida com as ciências empíricas do que, efetivamente, com a filosofia propriamente dita. Sua crítica reforça que os modelos da filosofia da consciência transformavam as buscas filosóficas em simples psicologismo, e isso era o objeto de investigação da psicologia, não da filosofia. A partir dos filósofos da consciência, com George Moore e Bertrand Russell, coroados pelos pensadores do Círculo de Viena, será decretado o afastamento definitivo da pesquisa filosófica com o psicologismo. Surgia, aí, a filosofia analítica. Em certa medida, a prática investigativa filosófica que foi instaurada por esses investigadores mais tarde receberia o nome de 'virada linguística'.

A expressão 'virada linguística' ou seu sinônimo 'giro linguístico' já era algo praticado quando ganha, por parte de Richard Rorty, um estudo específico que irá popularizar essa expressão. A definição dada por Rorty nesse livro era:

O propósito do presente volume é fornecer material de reflexão sobre a maior parte da revolução filosófica recente, a da filosofia linguística. Com a expressão "filosofia linguística", estarei entendendo aqui uma visão de que os problemas filosóficos são problemas que poderiam

ser resolvidos (ou dissolvidos) pela reforma da linguagem ou por uma melhor compreensão da linguagem que usamos presentemente. (RORTY, 1992, p. 3)

Para que possamos entender efetivamente o significado da virada linguística na filosofia analítica contemporânea, e, em especial, as investigações acerca dos nomes próprios, dividiremos este capítulo em duas seções. A primeira seção tratará da virada pragmática no campo filosófico, a segunda, tratará de especificar alguns elementos basilares da discussão clássica dos nomes próprios. Entretanto, nossa segunda seção ainda se dividirá em duas subseções, a saber, na primeira, uma análise dos termos 'referência' e 'denotação', a segunda, uma análise dos termos 'sentido' e 'significado'.

Passemos, doravante, a empreender tal pesquisa.

1.1 A VIRADA PRAGMÁTICA

Desde as críticas de Nietzsche às concepções fundacionalistas, a adesão às verdades transcendentais, pela naturalização da epistemologia, como ocorrido pelo psicologismo do século XIX, estavam fadadas ao fracasso. Associado a esse conjunto de críticas temos o pragmatismo de Dewey e Mill. Todos esses movimentos de críticas criarão novas posturas filosóficas onde a filosofia não poderia mais ser vista como o tribunal da razão, nem a epistemologia limitar-se a estruturas *a priori* para chegar à verdade, nem o conhecimento ser visto como o resultado da representação 'espetacular' do real. O novo papel da filosofia coloca em xeque a sua antiga posição fundacionalista e salvífica. Mas para entendermos o significado disso é necessário que percebamos que existiu anteriormente uma revolução, aqui tomada em sentido kuhniano, expressa pela expressão 'virada linguística', que vimos anteriormente.

A virada linguística deu um novo significado ao problema epistemológico ao recusar a antiga teoria do conhecimento que estabelecia que a relação entre mente/mundo era o principal escopo da filosofia, e que tanto a linguagem quanto o conhecimento seriam elementos secundários. A crítica após a virada linguística centrava-se na concepção, de cunho metafísico, de que o sujeito que conhece,

mediante o uso de recursos internos, pode atingir a algo que é exterior a ele, que se encontra fora dele, como um objeto ou um dado.

Na filosofia analítica de Russell e Carnap percebe-se uma inclinação a entender que existem dois problemas centrais para a filosofia: como uma sentença possui significado cognitivo-factual; quando chegamos a conhecer a algo como podemos verificar se tal sentença é verdadeira ou falsa²? Como para esses autores ainda existe a questão do conhecimento, eles são chamados de fundacionalistas, mesmo que esteja debaixo dos influxos da virada linguística.

O que nos cabe salientar aqui é que a virada linguística contesta essa necessidade epistemológica de que, para existirem representações exatas, é preciso uma teoria representacional privilegiada. Debaixo do novo paradigma e da virada esses problemas tradicionais e fundacionalistas são dissolvidos pela consideração de que em vez de uma mente que conhece, ou da razão imperial ou mesmo da possibilidade de o entendimento humano, com suas formas puras e *a priori*, sintetizar o mundo, temos uma proposição que 'diz o mundo'. A virada linguística, proporcionada tanto por Saussure, foi um passo decisivo para sepultar a herança platônica de forma definitiva, enterrando tanto a tradição cartesiana quanto a kantiana, pois nega a possibilidade de que exista um intelecto, um sujeito, com uma capacidade, com uma mente cognitiva, capaz de produzir, por si só, o pensamento. O que a virada propôs, dessa forma, foi o final do dualismo expresso pela inteligência, de um lado, e a sensibilidade ou razão prática, de outro.

A virada linguística veio para mostrar que existe sentido no pensamento que se expressa em proposições e que, tais proposições, afirmam ou asserem que 'algo é o caso'. Sua referência ou seu significado seriam, portanto, um valor de verdade. Nesse sistema a semântica da verdade tem a vantagem de reconhecer o papel referencial ocupado pela linguagem como sendo um aspecto distinto do sentido das sentenças. É nesse sentido que podemos entender a contribuição de Frege. Mas, ainda segundo esse autor, existe uma diferença entre o pensamento e a representação. O primeiro, o pensamento, está além da consciência individual, pois permanece o mesmo ainda que apreendido por diferentes indivíduos. O pensamento, dessa forma, exprime uma proposição. O segundo, a representação, pertence a um sujeito a que são dados objetos. Estados de coisas seriam

² CARNAP, 1980, p.171

apreendidos em pensamentos e, para se poder pensar e extrair fatos no mundo dos objetos representados, eles têm de serem expresso através de proposições assertóricas dotadas de valor de verdade. Temos, dessa forma, que o pensamento se liga a estados de coisas e essa ligação somente é feita através de uma estrutura proposicional, uma estrutura linguística, que tenha significado compreensível a todos aqueles que fizerem uso dessas expressões.

Em suma, Frege mostrou que a análise das sensações, juízos e representações somente deve ser feita através da análise semântica das expressões linguísticas, nunca deve ser feita pela mente. Tal afirmação permite desmontar a noção puramente causal da linguagem onde a um nome corresponde um determinado objeto, e de que a mente do sujeito é quem representa o mundo. Para ele, se isso fosse verdade, o pensamento teria de conter em si mesmo um ser ideal, representado, e o significado seria aquele que dá ao portador uma idealidade. Para ele não é isso o que ocorre. Em sua estrutura o sentido veritativo de uma proposição conteria a forma gramatical, os significados gerais e públicos e não conteria um ente mental que é produto da razão.

Essa seria a contribuição que a virada linguística teria dado: a estrutura do pensamento pode ser lida na estrutura das proposições. Contudo, tais estruturas possuem uma estrutura gramatical, as quais seriam suscetíveis de verdade ou de falsidade. Por estar aberta ao uso, ser traduzida e identificável, a proposição transcende a consciência individual e o pensamento. Portanto são as condições de verdade das proposições que indicam seu sentido. Na distinção entre sentido e referência dentro do sistema fregeano é onde encontraremos a forma possível de fazermos descrições distintas de um mesmo objeto. São essas possibilidades de descrições distintas que ampliariam nosso conhecimento.

No *Tractatus Lógico-Philosophicus* Wittgenstein ressalta o fato de que a proposição tem a função de representar os fatos, portanto, são elas que assumem a função veritativa-funcional. Portanto, os signos não seriam mais nomes de objetivos, haja vista que a referência aos objetos difere da predicação dos mesmos. Essa noção, no primeiro Wittgenstein, é tão radical que para ele o mundo e a linguagem possuem uma essência comum que é figurável pela gramática. Sua radicalização da virada linguística expõe a concepção de que a linguagem é constitutiva do mundo, elemento que acaba com todas as pretensões tanto do psicologismo quanto do mentalismo. O que fica marcado aqui é o caráter transcendental da linguagem onde

o pensamento é revestido de uma estrutura simbólica, não psicológica, deixando de habitar a consciência para habitar a linguagem.

O que podemos observar é que a virada linguística se posiciona de maneira forte. Contudo, para que todos os elementos que aludimos acima se concretizem, é necessário o posicionamento dos interlocutores com respeito à locução do falante, elemento esse que somente poderá ser estabelecido por critérios pragmáticos, ou seja, que são funções do uso da linguagem, não da forma gramatical. Se a partir da virada linguística a linguagem expõe o mundo, será do ponto de vista de uma virada pragmática que a linguagem se tornará uma forma de ação. Passemos, brevemente, a entender o significado dessa virada pragmática³.

Entre os expoentes da pragmática podemos aludir, sobremaneira, a Pierce e ao segundo Wittgenstein. No esquema pierceano, de estrutura triádica, onde temos o signo, o objeto e o interpretante, o que se leva em conta são os usuários e o contexto de proferimento da fala, portanto, levam-se em conta os fatores 'pragmáticos' da comunicação, e não apenas a distinção fregeana de sentido e referência. Na 'virada pragmática' o centro da linguagem não é mais uma proposição assertórica, haja vista o fato de que o mundo seja visto como uma síntese de possíveis fatos onde, para uma comunidade de interpretação, seus membros têm condições de se entenderem e entenderem algo acerca do mundo. O que ocorre é um salto da semântica para a pragmática, aspecto que introduz uma diferença entre o 'real' expresso em proposições veritativas e o 'verdadeiro', que é o resultado de um posicionamento frente à pretensão de validade de uma proposição analisada pelos interlocutores, onde se leva em conta a validade epistêmica de uma comunidade. Dessa forma, os argumentos levantados transcendem uma comunidade local e o conceito de realidade passa por uma construção ou alargamento.

Numa concepção linguístico-pragmática a verdade é levada em conta no momento em que se deve mostrar de que forma os significados se mantêm diante das falas individuais. Mas a validade da verdade é algo discutido pelos falantes, defendida ou não, mediante o uso de argumentos. Tal procedimento, assim, supera as tomadas de posições, supera as convenções, e instaura um processo aberto de justificação que necessita de condições favoráveis para se efetivar. É aqui que

³ Cf. OLIVEIRA, 1996.

reside a tensão entre aquilo que a comunidade aceita de fato e os pressupostos de validade que são idealizados. Na opinião de Oliveira⁴, essa tensão seria, para Habermas, por exemplo, um fator que justifica a necessidade de complementaridade à virada linguística que somente pode ocorrer com a virada pragmática. Sem a ação da linguagem no mundo, sem os usuários de uma linguagem, o ideal de validade do juízo não existe. É necessário interlocutores. É nesse sentido que Habermas considera que os atos de fala não podem se reduzir à verificação empírica, pois, para ele, é na comunicação e pela comunicação que uma verdade é avaliada e interpretada. Nisso reside o estatuto pragmático. A linguagem e seus jogos são uma atividade, não um estado mental e sequer uma propriedade psicológica de um sujeito. A pragmática centra-se, portanto, no papel do uso da linguagem.

Esclarecidos os papéis da virada linguística e da virada pragmática, tendo em vista o objetivo de nossa dissertação, torna-se necessário, agora, entender o significado dos nomes próprios dentro da filosofia contemporânea.

1.2 A DISCUSSÃO CLÁSSICA ACERCA DOS NOMES PRÓPRIOS

Quando falamos ou investigamos os nomes próprios na filosofia desenvolvida ao longo do século XX, temos o surgimento de algumas noções recorrentes. Para que possamos entender efetivamente o que significa pesquisar os nomes próprios dentro da filosofia da linguagem contemporânea faz-se necessário o entendimento dessas questões basilares. O que pretendemos aqui é entender tais elementos para que possamos entender, por exemplo, a questão de como se determina a referência de um nome próprio, ou seja, temos, aqui, a necessidade de entendermos a noção de referência.

Nessa parte do primeiro capítulo de nossa dissertação pretendemos elucidar, de maneira breve, algumas das questões que consideramos mais relevantes dentro da discussão clássica dos nomes próprios. Entretanto, tendo em vista que algumas dessas noções são trabalhadas em matizes distintos por vários filósofos, em função da brevidade de nossa pesquisa, nos deteremos apenas nas formulações mais usuais de cada uma das noções que veremos.

⁴ Cf. OLIVEIRA, 1996.

Basicamente, o que faremos aqui é tentar elucidar a duas questões: a primeira refere-se à distinção existente entre o significado do nome e o portador do nome; a segunda refere-se ao possível significado que um nome próprio pode assumir. Dessa forma, iremos subdividir essa seção de nosso trabalho em duas partes: uma na investigação das noções de referência e denotação, a segunda na investigação das noções de sentido e significado. De posse do entendimento dessas duas questões poderemos, no capítulo segundo, entender quais são as funções dos nomes próprios.

Passemos, pois a investigar tais aspectos.

1.2.1 Referência e denotação

Para iniciarmos nosso percurso temos de entender a distinção existente entre 'denotar', 'referir', 'denotação' e 'referência' ou 'referente'. Devemos levar em conta aqui que essas distinções não são originais pois se vinculam efetivamente ao uso que certos autores fazem desses termos. Nosso percurso irá ser ordenado por uma definição simples desses termos, da distinção a ser tomada entre eles e de algumas considerações acerca de seus usos e aplicações na tradição da filosofia da linguagem, ou da filosofia analítica.

Iniciemos pelo termo 'denotar'. Denotar pode ser entendido como uma relação binária que envolve uma expressão e uma entidade. Uma expressão 'a' denota uma entidade 'x' se e somente se o enunciado 'a = x' é verdadeiro. Já referir seria uma relação ternária que envolveria um falante qualquer, uma expressão e uma entidade. Nesse sentido, um falante 'Z' refere uma entidade 'x' com a expressão 'a' se e somente se 'Z' tem a intenção de usar 'a' como um designador de 'x'. Assim, denotar seria uma relação objetiva enquanto que referir seria uma relação subjetiva. A denotação, por sua vez, seria a entidade que corresponde a uma expressão em uma determinada relação de denotar. Referente ou referência seria a entidade que corresponde a uma expressão em uma relação de referir.

Dadas essas primeiras definições, passemos aos esclarecimentos necessários para compreendê-las efetivamente.

Primeiramente precisamos falar sobre as expressões que poderiam entrar em relações de denotar e de referir. Quando tratamos de um conjunto dessas expressões, é possível que sejamos mais ou menos permissivos. Percebemos que

na literatura filosófica existem aqueles que atribuem a função denotativa, ou referencial, à maioria das expressões da linguagem, mas, também, existem aqueles que defendem um uso mais restrito dessas terminologias e atribuem a função denotativa ou referencial apenas às expressões que denotam ou se referem a coisas singulares.

Frege, por exemplo, está no primeiro grupo supracitado. Para ele tanto os sujeitos como os predicados de um enunciado desempenham uma função denotativa. Para ele, “um conceito é a referência de um predicado. Um objeto é algo que nunca pode ser a referência completa de um predicado, mas pode ser a referência de um sujeito” (FREGE, 1951, p. 173). Ainda, em sua concepção, o próprio enunciado pode ser visto como uma espécie de expressão denotativa, haja vista que ele denota seu valor de verdade, caso ele tenha algum. Além de Frege podemos citar Carnap, para quem as expressões capazes de denotar constituem a classe dos designadores. Para Carnap, tais designadores “incluem sentenças (declarativas), expressões individuais (i. e., constantes individuais ou descrições individuais) e predicadores (i. e., constantes predicativas ou expressões predicativas compostas, incluindo expressões de abstração)” (CARNAP, 1988, p. 1). Russel também admite que os predicados e os termos relacionais denotam, respectivamente, propriedade e relações (RUSSELL, 1905, p. 480-481). Entretanto, ele não concorda que sentenças tenham a função de denotar alguma coisa.

Hodiernamente a permissividade descrita acima não é comum, mas ainda existem vários matizes e gradações dentro dela. Aqueles que se enquadram dentro do grupo mais permissivo admitem que nomes de classes, tipos, espécies naturais e coisas singulares como partes constitutivas do conjunto de expressões denotativas, mas não incluindo a essa classe expressões como pronomes indefinidos, termos predicativos e sentenças. Aqueles que seriam menos permissivos admitem somente que os termos singulares são as expressões aptas a denotar e a referir. Portanto, termos singulares seriam as expressões que denotam ou se referem a coisas singulares (STRAWSON, 1950, p. 320).

A lista de exemplos das expressões mais comumente usadas como termos singulares seria imensa. Aqui queremos destacar aquilo que é chamado de ‘descrições definidas próprias’ e ‘descrições definidas impróprias’. As primeiras são descrições definidas cujo termo predicativo especifica condições satisfazíveis univocamente. As segundas seriam aquelas expressões que não teriam essa

condição ou característica. Quando falamos nessa última condição, o contexto no qual está inserida a denotação da descrição é imprescindível. Esses elementos constituem uma das discussões mais profícuas na filosofia da linguagem.

Também muito interessante e importante para a filosofia da linguagem são as discussões relativas à entidades denotadas ou referidas. Aqui observamos uma grande controvérsia que gravita em torno de pressupostos ontológicos distintos. Não iremos nos deter, detalhadamente, nessa discussão. Contudo, cabe salientar que, de modo geral, o campo gravitacional dessa discussão está em torno da classe de entidades denotadas como sendo uma classe de objetos. O problema é que, na realidade, as entidades que comporiam essa classe nem sempre podem ser caracterizadas como sendo objetos, pelo menos não no sentido aristotélico, onde objetos são vistos como substâncias primárias. Entrariam na classe de entidades denotáveis eventos, processo, etc. Mas o foco da discussão está em quais seriam as entidades que não são denotáveis.

Para a grande parte dos filósofos contemporâneos, denotações e referências pertencem ao conjunto das coisas reais. Entrementes, raramente algum deles nos dá indicações sobre quais os critérios que determinariam a realidade das coisas reais. Um critério que alguns usam seria o de que coisas reais seriam coisas espaço-temporais, mas ele é muito restritivo. Um grande grupo de filósofos quer incluir os números no conjunto das coisas reais, mesmo não havendo um consenso acerca de qual é o status ontológico deles, mesmo que consigamos definir seu acesso epistêmico. Contudo, existe um grupo mais radical o qual entende que devemos abrir as portas da realidade e tudo pode ser incluso aqui. Contudo, tal generosidade ontológica não é observada em Russell (1905, p. 409) haja vista ele ter desenvolvido um procedimento que nos permite derivar uma entidade a partir de um enunciado. Por fim, não somente existe um grupo que se preocupa em esclarecer quais coisas servem como denotação e quais como referência, mas, também aqueles que simplesmente afirmam que denotações ou referências são coisas reais, possivelmente pressupondo que todos sabem o que é o real, e ponto final. Diante dessa diversidade de opiniões, nossa pesquisa não é suficiente para determinar o conjunto das entidades que podem ser denotadas ou referidas. Esse é um trabalho para outra dissertação.

Um ponto que merece nossa atenção e esclarecimento diz respeito à definição de 'referir'. Na definição dada anteriormente, no início desta subseção, o

que nos chama a atenção é o fato de que 'referir' é definido ou caracterizado em função das intenções do falante. Aqui parece que a subjetividade surge de forma forte. Entretanto, ela é limitada, pois normalmente o falante não pode escolher um objeto qualquer e associá-lo a uma expressão, pois normalmente as expressões são condicionadas pelo uso social. Os falantes normalmente sabem que outros usuários da língua devem intencionalmente usar esse termo para designar a mesma referência que ele, ou seja, que os outros falantes, para se comunicar adequadamente com ele, tem de, intencionalmente, usar aquele termo para designar a mesma referência que ele, caso isso não ocorra, não haverá comunicação. O uso, dessa forma, depende de um contexto socialmente condicionado, não pode ser algo subjetivo e arbitrário. Agindo dessa forma, o falante terá a crença de que, ao usar o termo escolhido, os ouvintes a quem ele se dirige saberão a quem ou ao quê ele, o falante, se refere⁵.

Além dessas questões, torna-se importante entendermos o que especificamente conseguimos quando referimos algo, quando o denotamos, portanto, quais vantagens obtemos ao fazer tal operação.

Para Russell, a razão para usarmos as 'expressões denotativas' é o fato de que através de seu uso conseguimos falar acerca do objetivo referido, mesmo que não tenhamos acesso epistêmico direto a ele. Em suas palavras:

A questão de denotar é de uma importância muito grande, não só em lógica e em matemática, mas também em teoria do conhecimento. Por exemplo, nós sabemos que o centro de massa do Sistema Solar em um instante definido é algum ponto definido, e nós podemos afirmar um número de proposições sobre ele, mas nós não temos nenhuma familiaridade imediata com esse ponto, que para nós é conhecido apenas por descrição. (RUSSELL, 1905, p. 479)

A afirmação acima nos faz entender como Russell pôde explicar a diferença entre um conhecimento por familiaridade e um conhecimento por descrição. A diferença entre um e outro equivale à diferença entre o que conhecemos por apresentações, mediante a percepção ou o pensamento, e aquilo que conhecemos por meio de alguma descrição ou uso de expressões denotativas. Disso decorre que as expressões denotativas têm um valor fulcral para a construção do conhecimento pois ela, além de nos dar acesso a coisas que não poderíamos conhecer por

⁵ Uma discussão muito interessante acerca do que podemos esperar da relação entre referência e as descrições definidas pode ser observada em DONNELLAN, 1998, p. 290-291. Na mesma obra Donnellan (1998, p. 176) afirma que a descrição denotaria o objeto e isso denotaria a propriedade que ela descreve.

familiaridade, nos permite ter um conhecimento, por expressões denotativas, quando o objeto não faz parte de nossas experiências sensoriais. Como exemplo disso poderíamos citar o conhecimento de uma obra de arte sem ter ido ao museu para vê-la pessoalmente.

O que fica claro no movimento de Russell é que a relação de denotar vincula-se à relação de referir. Para ele, referir é uma operação similar ao ato de apontar, mas a eficiência do ato de referir seria muito maior do que a do ato de apontar. Um falante somente pode apontar para algo que está em sua presença, no mesmo tempo, próximo ao seu local espacial e dentro de um limite epistêmico. Entretanto, ao referir, usamos uma expressão, que transcende qualquer limitação epistêmica, espacial ou temporal. Contudo, essa ação de referir também apresenta problemas, notadamente quando ela é usada como conceito chave para se explicar o funcionamento geral dos nomes próprios⁶.

De momento voltamos a nossa atenção para uma relação fundamental na filosofia analítica, a distinção entre denotar e referir.

Para Russell a distinção entre ‘denotar’ e ‘denotação’ se assemelha às trabalhadas no início de nossa subseção⁷. Nesse sentido podemos entender a diferença estabelecida mediante o uso do termo “*bedeutung*”⁸ que comumente se traduz, no inglês, por “*reference*”. O que devemos entender, todavia, para esse termo, é aquilo que especificamos para o termo ‘denotação’ no início da presente subseção. Um esclarecimento a esse respeito é feito por Kripke quando ele usa o termo “*referent*”, estabelecido em seu estudo *Nomeação e Necessidade*, ao especificar que ele fala do referente de um nome significando a coisa nomeada pelo nome. Mas, efetivamente, a precisão no uso distintivo de ‘referir’ é vista na obra de Strawson⁹ onde ele aponta para o fato de que quem refere um objeto não seria uma expressão da linguagem, mas, antes, o falante é quem usa uma determinada expressão para referir aquele objeto em uma determinada situação.

Postas essas condições somos capazes de inferir que, diferente da relação estabelecida pelo denotar, a relação criada pelo referir se caracteriza por ser

⁶ No capítulo segundo de nossa dissertação iremos investigar a função dos nomes próprios. Por essa razão não iremos tratar, aqui, mas no capítulo segundo, da relação entre o referir e os nomes próprios.

⁷ A este respeito cf. RUSSELL, 1905, p. 488.

⁸ Para um entendimento mais efetivo desse elemento torna-se fundamental a leitura da obra fregeana intitulada “*Sobre o Sentido e a Referência*”.

⁹ STRAWSON, 1950, p. 326.

ternária, ou seja, ela envolve um falante, uma expressão e uma entidade. Uma vez estabelecida essa relação trinar característica do referir, o que ocorre é que se instaura um ‘uso univocamente referencial’, conforme nos assevera Strawson. Com outra terminologia, Donnellan¹⁰ também explica que existe o uso distinto do denotar e do referir, o que, em sua terminologia, aparece como sendo a distinção entre uso atributivo e uso referencial. Putnam¹¹, em seus estudos mais recentes, adota essa mesma perspectiva de Donnellan ao defender a ideia de que o ‘referir’ é uma relação ternária que envolve a relação entre um nome, uma coisa e um falante, e que nessa relação o falante usa o nome para se referir à coisa.

Entrementes, o problema de se dizer que uma determinada expressão se refere a um objeto do mundo, expressando com isso que a expressão denota o objeto, é que podem existir vários objetos com o mesmo nome. Nesse sentido, essa situação demonstra que existirá certa ambiguidade em sua atribuição e a intenção do falante tem, necessariamente, de ser requerida para que se determine a referência da descrição. Isso ocorre tanto no caso das descrições definidas próprias, quanto no caso das descrições definidas impróprias, embora nesse último caso elas se tornem mais evidentes. O que observamos, portanto, é que essa distinção está diretamente relacionada com o tipo de linguagem que usamos. A relação de referir, nesse sentido, é a relação que prevalece no nosso uso natural da linguagem. Quando nos comunicamos, nós podemos usar, em ocasiões diferentes, a mesma palavra para falar de coisas diferentes. Contudo, se olharmos para a relação do denotar, veremos que ela expressa um emprego mais evidente nas linguagens formais, ou seja, citando como um exemplo a lógica, a correspondência entre um termo e uma entidade é especificada por uma função de interpretação e é totalmente independente das circunstâncias em que o termo é usado.

Estabelecidas essas diferenciações, torna-se necessário entender os termos sentido e significado, o que faremos na seção que se inicia agora.

1.2.2 Sentido e significado

Mantendo o mesmo *modus operandi* da seção anterior, o que pretendemos investigar aqui são algumas distinções de algumas noções importantes para a

¹⁰ DONNELLAN, 1966.

¹¹ Essas noções foram extraídas de nossa leitura de CHOMSKY, 2000, p. 149.

discussão acerca dos nomes próprios. As noções que iremos trabalhar aqui são as de ‘conotação’, ‘representação’, ‘sentido’, ‘intenção’ e significado’. De posse desses conceitos conseguiremos entender a função de expressividade adquirida pela linguagem. O que comumente entendemos é que uma expressão da linguagem possui um determinado conteúdo descritivo, e tal conteúdo é o que ela expressa. Mas existem várias formas de se caracterizar esse conteúdo descritivo de uma expressão da linguagem. Dependendo de qual modelo ou de como a aplicamos, esse conteúdo descritivo pode ser entendido como um significado, como uma intenção, como um sentido ou como uma representação.

A noção de ‘conotação’ pode ser entendida, em sua acepção mais clássica, com o termo usado por John Stuart Mill¹², em que nome tanto designa o termo sujeito, como o termo predicado de uma proposição. O uso de um nome, ou expressão definida, além de contar um atributo, denota os indivíduos que têm esse atributo, ou o único indivíduo portador dele. Nesse sentido, os nomes próprios carecem de conotação e sua relação específica é uma denotação, ou seja, uma relação arbitrária que me instancia o objeto do qual falo.

As noções de ‘representação’ e ‘sentido’ são noções que Frege¹³ fez questão de distinguir. Do seu ponto de vista, a representação seria o elemento subjetivo que se associa a um sinal, ou seja, por ser gerada mediante memórias e atividades individuais, ela pode ser uma imagem mental e pode, inclusive, ter uma carga emocional. A representação, portanto, sempre é algo individual e nunca pode ser partilhada por dois indivíduos. O que podemos observar é que, de fato, o mesmo indivíduo, em momentos diferentes de sua vida, pode associar diferentes representações usando a mesma palavra.

A noção de ‘sentido’ difere, em quase todos os aspectos, da noção de ‘representação’. Para Frege, quando usamos o termo ‘sentido’ queremos designar uma entidade objetiva que pode ser partilhável entre o falante e todos os ouvintes. Frege afirma acerca da noção de sentido que: “esta constitui uma distinção essencial entre a representação e o sentido de um sinal, que pode ser a propriedade comum de muitos e portanto não é uma parte ou um modo da mente individual”¹⁴. O que fica claro aqui é que os sentidos são como espécies de entidades objetivas, ou

¹² A posição de Mill foi tão importante que ficou conhecida como millianismo. Um estudo interessante a esse respeito pode ser observado em CHATEAUBRIAN, 2005, p. 25.

¹³ FREGE, 1948, p. 212.

¹⁴ *Ibidem*.

seja, entidades que se ligam de um lado a uma expressão da linguagem e, de outro, a uma entidade extralinguística (um conceito ou um objeto). Entendido dessa forma, o sentido de uma expressão tem a função de determinar a denotação dessa expressão, assim, a relação entre o sentido e a denotação de uma determinada expressão seria a relação entre um modo de apresentar a coisa e a própria coisa.

Um elemento necessário de ser entendido é a relação entre a expressão e o seu sentido. O grande problema encontra-se quando analisamos as expressões complexas, pois as explicações que surgem a respeito da composicionalidade das mesmas não consegue esclarecer como as expressões que são semanticamente simples adquirem seu significado. Isso nos afeta pois essa noção não consegue esclarecer como os nomes próprios, tomados em sua acepção comum, adquirem um sentido. Posto esse problema, Frege desenvolve uma tese que pretende respondê-lo.

Para Frege toda expressão gramatical bem formada sempre terá um sentido, ora, nomes próprios pertencem a essa categoria, portanto, nomes próprios possuem sentido. O sentido de um nome é o modo de apresentar o indivíduo. Existem vários modos nos quais podemos apresentar um indivíduo, assim, cabe ao falante a escolha de qual desses modos ele irá tomar como sendo o sentido expresso pelo nome. O que ocorre é que as associações, que são feitas por falantes, podem ser feitas de várias formas diferentes. Essa pluralidade de sentidos possíveis cria um problema no sistema de Frege¹⁵. Para Frege, a escolha subjetiva do sentido que o falante faz o remete a uma entidade objetiva por definição. Vejamos suas palavras:

Talvez possa ser dito: exatamente como um homem conecta esta representação e um outro conecta aquela representação com a mesma palavra, assim também, um homem pode associar este sentido e um outro, àquele sentido. Mas ainda permanece uma diferença no modo de conexão. Eles não estão proibidos de apreender o mesmo sentido; mas eles não podem ter a mesma representação. (FREGE, 1948, p. 211)

Além de expressões subsentenciais, para Frege, a própria sentença possuiria um sentido, que ele chama de 'pensamento', que deve ser visto como um conteúdo objetivo capaz de se tornar a propriedade comum de vários pensadores¹⁶. O que de fato ocorre é que o pensamento liga a sentença ao objeto singular. Com base nisso

¹⁵ FREGE, 1948, p. 211, nota 2.

¹⁶ FREGE, 1948, p. 214.

podemos inferir que o sentido de uma expressão não é uma entidade mental, mas a compreensão do sentido é algo mental. Segundo Frege, compreender o sentido de uma expressão é estar em um determinado estado psicológico. Portanto, o sentido de uma expressão teria um valor cognitivo, teria um conteúdo que pode ser conhecido desde que a sentença seja usada da forma correta¹⁷. As ideias derivadas dessa nomenclatura, hodiernamente, podem ser associadas às referências às regras sociais do uso de uma palavra, ou seja, ao usar uma palavra devemos compreender o significado da mesma de acordo com as convenções linguísticas estabelecidas pela comunidade do falante¹⁸. O que fica marcado, aqui, é o caráter público e objetivo do significado.

Um lugar de destaque para a acepção da noção de 'significado' pode ser observada nas análises semânticas da linguagem natural¹⁹. Iniciada por Wittgenstein, nas *Investigações*, ao entender a linguagem como um jogo que pode ser tomado em vários aspectos, observamos que a noção de significado que aludimos acima parece mais adequada para as análises da semântica da linguagem natural do que para sistemas formais, como o queriam Frege e Carnap.

Tentemos, com vistas a um processo didático, apresentar, sucintamente, esses elementos. Conforme o que observamos, 'conotação', tanto de um termo singular quanto de um termo geral, tradicionalmente pode ser concebida como um conceito. Entretanto, hodiernamente, o termo 'conotação' quer significar intenção. Portanto, 'conotação' é um conjunto de características ou de propriedades gerais que refletem o que conhecemos da referência determinando, como uma espécie de denotação, um objeto singular.

A noção de 'representação', tomada do ponto de vista intuitivo, liga-se à capacidade que um determinado sujeito tem de tomar conhecimento do mundo ou dos objetos que o rodeiam. Quer tomemos essa noção intuitivamente, quer a tomemos formalmente, conforme vimos anteriormente, a relação da 'representação' é, em última análise, uma relação mediada por um sujeito. Assim sendo, a 'representação' insere-se na ordem da esfera do mental ou do psicológico e, uma vez que tais esferas são muito subjetivas enquanto conceitos operatórios que podem

¹⁷ Podemos observar essas ideias em *Sense and Reference*. Cf. FREGE, 1948, p. 211-212; 218 ss.

¹⁸ A esse respeito cf. CHATEAUBRIAND, 2005 p. 28-29.

¹⁹ O início dessas noções pode ser observada em WITTGENSTEIN, 1996, § 11, onde é introduzida a noção de jogos de linguagem e a ideia de que devemos nos ocupar mais da linguagem ordinária, não somente das linguagens formais.

descrever, objetivamente, tanto o pensamento quanto o ser, ela é colocada de lado em grande parte das investigações da filosofia da linguagem contemporânea acerca das relações entre mente, mundo e linguagem.

A noção de ‘sentido’ tradicional, a fregeana, entende-o como o modo de apresentação de um objeto associado a um termo, que deve ser um nome, no caso de nosso estudo os nomes próprios. Isso implica em uma diferenciação entre sentido e significado, termo que esclareceremos a seguir. O que está por detrás disso é quando temos duas descrições distintas que podem ser aplicadas à mesa referênciada, ao mesmo objeto. Portanto, mesmo que as duas expressões distintas possam ser aplicadas ao mesmo objeto, o sentido delas é distinto entre si. Um exemplo dessa dinâmica pode ser visto nas seguintes expressões: “Antônio Francisco Lisboa é o maior representante do barroco mineiro” e “Aleijadinho é o maior representante do barroco mineiro”. Apesar das duas sentenças poderem ser aplicadas e remeterem à mesma pessoa, o sentido de cada uma é distinto entre si.

A noção de ‘intenção’ relaciona-se à diferenciação com a extensão de um nome. Enquanto a última, a extensão, se refere ao objeto ao qual a expressão se aplica, a ‘intenção’ refere-se ao conceito expresso pela expressão ou à sua representação conceitual infusa.

A noção de ‘significado’ aponta para quais seriam as condições de verdade de uma frase declarativa, ou seja, de saber como o mundo deve ser para que a frase que foi pronunciada seja verdadeira. A raiz dessa noção está na semântica de condições de verdade, ou seja, nas condições que uma linguagem natural teria de formar uma semântica formal. Assim, o significado seria um conjunto de regras, criado por quadros formais, que, a cada lexical, estabelecem, por meio de regras de combinações, a forma com que a sintaxe e o sentido se combinariam com as entidades.

Uma vez percorrida toda a fundamentação do que é a filosofia da linguagem dentro da filosofia contemporânea, e entendendo em que se constitui a virada linguística na filosofia contemporânea, fomos capazes de entender como as discussões relativas aos nomes próprios foram instanciadas.

De posse de tudo isso, podemos avançar nossas investigações e entender alguns elementos fundamentais quando se investiga, em filosofia da linguagem contemporânea, os nomes próprios, a saber, a função que os nomes próprios possuem. Essa será a investigação que empreenderemos no próximo capítulo.

2 A FUNÇÃO DOS NOMES PRÓPRIOS

A visão de linguagem que temos é a de que ela é uma ferramenta para promover o intercâmbio de informações. Diante disso as expressões assumidas pela linguagem seriam códigos que nos fornecem algum tipo de informação para decodificarmos determinadas coisas. Assim, esses sistemas representados pela linguagem teriam de integrar as mentes dos usuários dessa linguagem. Entendemos que para explicar o uso que fazemos da linguagem é necessário que possamos explicar, analiticamente, como a mente humana torna esse uso possível. Nesse sentido, nos alinhamos com certa forma de internalismo²⁰.

De um ponto de vista cognitivista, a mente humana consiste em um conjunto de sistemas, assemelhados aos sistemas computacionais, e de representações que processam a informação ou que, de certa forma, poderiam contribuir para a realização desse processamento. Essa concepção de mente, a nosso ver, parece ser satisfatória quando pretendemos explicar como é possível para os seres humanos usarem e desenvolverem a linguagem.

O que pretendemos nesse capítulo é investigar alguns dos aspectos fundamentais da função básica dos nomes próprios, sua função operacional, que teria a mesma função básica de todas as expressões linguísticas. O que pretendemos demonstrar nesse capítulo é a forma com a qual os nomes próprios se tornam informativos, portanto, demonstrar que a principal função dos nomes próprios é fornecer informações para nossos sistemas de processamento da linguagem.

Esse capítulo será dividido em três momentos. Primeiramente vamos analisar a função operacional da linguagem em geral para, a partir disso, começar a entender que os nomes próprios não podem ser considerados uma exceção no que se refere

²⁰ Aqui tomaremos como definição basilar de internalismo a noção de que ele afirma que o agente cognoscitivo deve ter acesso imediato a todas as condições necessárias e suficientes que determinam a justificação de suas crenças. Ou seja, tomaremos como noção basilar a ideia de que o internalista sustenta que o sujeito do conhecimento deve possuir acesso imediato a tudo aquilo que o permitiria justificar algumas de suas crenças, excluindo de sua justificação fatos ou sucessões oriundas do mundo físico, pautando a justificação de suas crenças exclusivamente em atos mentais internos à nossa mente. Dessa forma, para um internalista, o significado ou o conteúdo mental dependeriam do indivíduo, dependeriam daquilo que ocorre como processo interno da mente desse indivíduo, independentemente de sua inserção no mundo e do contexto de sua existência. Sabemos que existem várias matizações dentro do internalismo, como, por exemplo, o internalismo de conteúdo mental. Não nos comprometemos com nenhuma delas nesse trabalho. Entrementes, assumimos que a noção basilar que citamos acima norteia nossa pesquisa e que a noção computacional de mente nos seduz sobremaneira.

á capacidade de exercer a função dita acima. No segundo momento trataremos da função operacional dos nomes próprios dentro da linguagem. Considerado que essa função é a mais básica dentro da linguagem, seremos capazes de entender o papel dos nomes próprios dentro da estrutura investigativa da filosofia da linguagem. Por fim, no último momento de nossa investigação nesse capítulo, traremos algumas questões acerca da função dos nomes próprios que consideramos fundamentais dentro do nosso contexto de trabalho.

Iniciemos, doravante, nosso percurso.

2.1 A NOÇÃO INFORMACIONAL DOS NOMES PRÓPRIOS

A noção de *informação* normalmente é definida com base nas noções de ‘*dado*’ e de ‘*significado*’. Segundo Floridi, em seu artigo *Semantic Conceptions of Information*, na maioria dos campos em que a noção de *informação* é utilizada o que se encontra é uma definição geral de informação que normalmente pode ser expressa da seguinte forma: **Definição I:** Informação = dados + significado.

Essa definição é equivalente à afirmação de que uma informação é constituída de dados significativos. Dados significativos devem ser entendidos como sendo dados interpretáveis. Uma definição desse tipo possui muitos aspectos positivos. Do nosso ponto de vista, o maior desses aspectos positivos é que essa definição realmente chega muito próximo de captar o que a palavra “informação” pode expressar em seu uso científico e filosófico. Contudo, isso engendra pelo menos dois problemas.

O primeiro deles refere-se ao uso da noção de ‘significado’ em sua definição. O que se observa é que uso se constitui de algo problemático, haja vista o fato de que a noção de ‘informação’ parece ser mais geral e mais básica do que a noção de ‘significado’. O que queremos afirmar aqui é que ela pode ser vista como mais geral no sentido de que podem existir casos em que poderíamos dizer que uma informação seria fornecida, mas não poderíamos fazer o mesmo com a noção de ‘significado’, ao menos não o seria se entendermos que a palavra “significado” está sendo usada em sua acepção comum e clássica. O que queremos afirmar é que o aspecto básico está voltado para a noção de que a maioria dos fenômenos semânticos poderiam ser descritos como sendo fenômenos informacionais. Disso decorre, de forma mais precisa, a necessidade de usarmos uma noção de

'informação' que possa esclarecer a noção de '*significado*', e não, como comumente é feito, realizar a operação contrária.

O segundo problema acima aludido refere-se ao fato de que a definição parece dizer que a informação é o dado, quando, em contrapartida, ela deveria dizer que a informação 'está contida' no dado. Para um uso filosófico do termo "informação" que estamos adotando, é necessário assumir a imaterialidade da informação. Ou seja, é melhor assumir que uma informação é algo que sempre está contido num meio material, porém, de fato, ela não pode ser identificada com esse meio. Uma mesma informação pode estar contida em diferentes meios. O que assumimos aqui, portanto, é que a informação é algo diferente do meio material na qual ela é codificada.

Com base nesses novos modelos podemos subscrever uma nova definição de informação. Essa nova definição dependerá, ainda, da noção de dado. Contudo a mudança que pode ser notada é a de que no lugar da noção de '*significado*', utilizaremos a noção de '*sistema de decodificação*'. Nossa formulação para a segunda definição seria: **Definição II:** Um dado 'D' fornece informação para um sistema de decodificação 'Sd' se e somente se 'D' tem uma mudança de estado quando recebe 'Sd'.

Tendo por base essa definição, uma informação seria aquilo que é fornecido por um dado a um sistema de decodificação. O que aqui chamamos de dado informativo seria chamado de '*código*'. Primeiramente o que precisa ser definido é a noção de '*dado*'. O que se observa quando tomamos essa definição é que ela declara que um dado seria um fato putativo relativo a alguma possível diferença ou carência de uniformidade em um contexto²¹. O que observamos é que, apesar dessa definição estar certa em seus aspectos, ela fica nebulosa e não esclarece muito. Uma formulação mais simples dessa definição pode ser expressa na seguinte definição **Definição III:** Um dado seria um determinado aspecto que pode ser diferenciado em um determinado contexto.

O que podemos postular aqui é que essa diferenciação existe, na realidade, independentemente do ato de ser detectada por um indivíduo, ou seja, ela somente pode ser considerada se ela só existir enquanto uma diferença detectável. Se isso ocorrer, qualquer coisa ou qualquer aspecto que um determinado indivíduo possa

²¹ Essa noção é devedora da formulação de Floridi, dada acima, quando estabelecemos a primeira definição.

distinguir, na realidade, seria um dado. Quando observamos de perto vemos que na primeira perspectiva, a 'Definição II', até as coisas que não poderiam ser distinguidas, mas que se distinguiriam das outras qualquer tipo de diferença substantiva seria considerado um dado. De toda forma, vale ressaltar que a definição de dado que adotamos aqui é independente da perspectiva adotada. Portanto, de forma análoga, o mesmo vale para a definição de 'informação'.

Em segundo lugar, é preciso esclarecer uma das noções usadas, a noção de 'sistema de Decodificação'. Devemos entender por um sistema de decodificação qualquer sistema que implemente uma função de transição de estados. Por estado devemos entender cada uma das possíveis configurações que um sistema poderia apresentar ao longo do tempo. O que observamos aqui é que essa noção nos remete a uma função de transição de estados, ou seja, a uma regra que nos diz o que deve acontecer para que o sistema possa passar de um determinado sistema para outro. Alguns exemplos de um sistema de decodificação seriam: sistemas químicos, como aqueles usados para medir o 'ph' da água de uma piscina; sistemas biológicos, como o que usamos para decodificar uma sequência de DNA; sistemas, entendidos como dispositivos, mecânicos, como relógios; programas computacionais, hardwares, como um corretor de texto; etc.

Tomando por base esses exemplos, o que observamos é que não é correto supor que aquilo que estamos chamando de processamento de informação ocorreria tão somente em um nível abstrato uma vez que ele dependeria, sempre, de algoritmos elaborados como aqueles usados em programas de computadores. O que isso implica é que no processamento de informação não se pressupõe linguagem. A tese basilar, portanto, é contrária, assim, ela pode ser expressa da seguinte forma: o uso da linguagem pressupõe processamento de informação. Cabe ressaltar, aqui, que estamos falando a partir de uma visão internalista da mente e da linguagem.

Em terceiro lugar devemos notar que a noção de 'informação' não pode ser definida simplesmente como uma propriedade de um dado. Ela deve ser definida com sendo uma base numa relação entre um determinado dado e um sistema de decodificação. A informação, portanto, deve ser vista como algo que é fornecido por um dado e que é sempre uma informação para um determinado sistema de decodificação. Nisso reside mais uma das características que consideramos essenciais na 'informação': a informação é algo específico, ou seja, ela é

direcionada a um sistema. Afirmar tal coisa significa quer dizer que o mesmo dado pode fornecer uma informação considerada valiosa para um determinado sistema de decodificação e nenhuma informação considerada valiosa outro sistema de decodificação. Da mesma forma podemos entender que um determinado sistema de decodificação pode ser perfeitamente adequado para se interpretar certos dados e, ao mesmo tempo, ser totalmente inútil para decodificar outros. O que pretendemos chamar a atenção é para o fato de que se a especificidade da informação não for respeitada, nem o dado fornecerá uma informação para o sistema nem o sistema poderá ler a informação de forma apropriada a partir daquele dado. Um exemplo simples pode ser tomado dos carros atuais. Nos modelos atuais da indústria automobilística as chaves dos carros são codificadas. Portanto, uma chave somente poderá abrir e dar a partida em um determinado carro, e, mesmo que tentemos usá-la em carros do mesmo ano, do mesmo fabricante e modelo, essa chave não será capaz de abrir ou mesmo dar a partida no carro.

Entretanto, cabe salientar que não é necessário que um dado contenha somente um tipo de informação. A informação é específica, mas o dado não. O mesmo dado que fornece uma informação para um determinado sistema, também pode fornecer uma informação distinta para um sistema diferente.

Ainda, devemos prestar atenção ao fato de que podemos dizer que um determinado dado contém uma informação, mesmo que essa informação não esteja sendo processada e mesmo que não saibamos como tal informação poderia ser processada ou por qual sistema. Portanto, de forma geral, se um dado aparenta ser informativo ele já está sendo informativo, mesmo que a informação que estamos conseguindo decodificar não seja aquilo que gostaríamos de poder decodificar.

Contudo, depois de dadas essas observações sobre a noção de 'informação', existem, ainda, alguns esclarecimentos adicionais que precisam ser feitos acerca do processamento da informação. Primeiramente deve-se notar que um dado pode ser inserido em um determinado sistema de decodificação em conjunto com outros dados. Quando isso ocorre dizemos que o sistema recebeu 'um pacote de dados'. A informação que é fornecida por um dado pode variar de acordo com o pacote do qual esse dado faz parte. O que queremos apontar é para o fato de que aqui temos um tipo de princípio estabelecido no contexto da informação. Como exemplo, podemos pensar em algo que, em um determinado ambiente é significativo, e, em outro, não tem nenhum significado. Assim, um determinado dado, como o soar uma

campainha, terá um significado quando estou em minha residência, e outro quando estou numa escola esperando o horário do lanche. Até mesmo a ausência de um dado pode ser significativa, como, por exemplo, o ato de escutar música em meu *Ipod*. Quando ligo meu *Ipod* e não ouço nada, ou ele tem um problema, ou meus fones de ouvido tem um problema, ou estou com problemas de audição.

Outro elemento que precisa ser explicitado aqui é o que um sistema de decodificação faz efetivamente. Sua capacidade é ler a informação de um dado e executar uma determinada ação. Aquilo que estamos chamando de informação seria o *start* para o início da ação. Nesse contexto, entretanto, observamos, muitas vezes, que vários sistemas de decodificação podem ser combinados, entre si, em série, de tal modo que os dados de saída de um sistema de decodificação servem como dados de entrada de outro sistema de decodificação. Nessas circunstâncias a ação que os sistemas de decodificação intermediários executam seria uma ação de transformação. A informação que seria recebida pelo sistema antecessor é transformada em uma nova informação, e essa nova informação, por sua vez, será lida a outro sistema, e assim por diante. É isso que acontece, quando será iniciada a construção de uma casa a partir da leitura de uma planta. A informação fornecida pela planta do engenheiro é lida pelo mestre de obras e transformada em ações mecânicas que ele executará para construir. Em seguida essa informação é recebida pelos ajudantes e transformada em informações que os possibilitarão dar início às atividades propriamente ditas de execução da obra.

Muitas vezes um sistema de decodificação produz uma nova informação, mas ela não é, necessariamente, e de imediato, utilizada por outro sistema. Quando isso ocorre o que o sistema faz é armazenar a informação inscrevendo-a em um novo meio. Isso pode ser observado, *v.g.* quando tiramos uma foto e não a revelamos.

Apesar dos exemplos dados acima, devemos prestar a atenção para o fato de que em todos eles não é a natureza da informação que muda, mas, sim, a natureza do meio que a contém. É o meio que é dessa ou aquela maneira (mecânico, sonoro, etc.), não a informação. A informação não possui uma natureza material, conforme vimos no início dessa seção. Dessa forma, tentando generalizar essa noção, uma informação é de um tipo 'x', se esse 'x' for um adjetivo referente ao meio que serve de veículo para a informação. É nesse sentido que é possível falar de tipos de informação: informação linguística, informação biológica, informação sensorial, informação eletrônica, informação mecânica, etc.

Existem alguns casos de insuficiência no uso que descrevemos acima. Um deles, que deve ser notado, é que o contexto pode fazer uma informação variar. Uma informação veiculada via um proferimento pode mudar radicalmente dependendo de como ele seja interpretado, por exemplo, como uma afirmação literal de algo, ou, de outra forma, como uma ironia. Outro caso de influência do contexto no conteúdo informativo de expressões sinônimas acontece quando tais expressões são usadas como *definiendum* e *definiens* de uma definição. Em qualquer desses casos o que se torna claro é que a veiculação de informação é sempre sensível a fatores pragmáticos, diferentemente do que ocorre com a relação de sinonímia, o que implicaria no fato de que ela depende de que um conjunto mais amplo de condições seja satisfeito. Devemos ter em mente que a informação que é fornecida por uma expressão é sempre uma informação fornecida para um determinado ouvinte, em uma determinada circunstância.

Diante de tudo isso não devemos pensar que o conteúdo informativo das expressões, como um todo, seja sempre o mesmo. A informação que é compartilhada é apenas uma parte desse todo, portanto, toda a informação restante pode divergir. Além disso, sabe-se que as palavras podem ser associadas a certas lembranças e a certas emoções. Dessa forma, mesmo quando duas palavras sinônimas apresentam uma informação em comum, uma delas pode ser mais informativa que a outra levando-se em conta um determinado ouvinte. Uma determinada palavra pode despertar, no ouvinte, determinadas sensações que uma palavra distinta, ou mesmo uma sinônima, não despertaria.

A guisa de encerramento desta seção um ponto de esclarecimento faz-se necessário. No início do capítulo e dessa seção aludimos para o fato de que fizemos uma adesão ao modelo internalista de mente. Tendo em vista tal elemento, o que está sendo dito aqui refere-se à uma visão computacional de mente. Dessa forma, em vários momentos, assumimos que os sistemas da mente podem ser vistos como sendo sistemas de decodificação. O que norteia essa definição é a noção de que a mente humana pode ser entendida como um conjunto de sistemas de computação e de representação. Por esse motivo, adotando esses elementos, apresentamos, aqui, uma visão de que ao usar a linguagem, alguns desses sistemas operacionais da mente são acionados. É nesse sentido que devemos entender que os sistemas descritos aqui têm a função de decodificar e de processar as informações que são

veiculadas por meio de expressões da linguagem, incluindo, aqui, os nomes próprios.

É esse o sentido que basila nosso entendimento de que a função básica da linguagem é a função operacional, ou seja, a função de fornecer uma informação para nossos sistemas internos de decodificação. É dentro desse contexto que poderemos verificar que os nomes próprios também apresentam essa função operacional. Apesar de muitos filósofos apenas considerarem que a função referencial é a função mais básica dos nomes próprios, entendemos que os nomes próprios somente poderiam desempenhar essa função referencial, ou qualquer outra que possamos lhe atribuir, se antes eles cumprirem e desempenharem uma função operacional

Para finalizarmos essa seção é necessário que entendamos o que são os nomes próprios e qual definição podemos usar a seu respeito. Apesar de ter um cunho referencial, a definição que se segue nos permitirá um solo norteador do que sejam os nomes próprios. Vejamos, então, a definição dada por Brito:

Nomes próprios, podemos definir agora, são expressões referenciais para objetos particulares determinados e que podem ocorrer sem restrições de um lado e de outro do sinal de identidade, tal que as sentenças resultantes, quando ladeadas por expressões distintas, expressam enunciados que não são sempre falsos. Seus exemplos típicos são as expressões linguísticas que especificam seus objetos sem descrevê-los e com as quais podemos, por exemplo, batizar objetos, não importa a sua natureza, tais como o fazemos com os nomes de pessoas, cidades, países, etc. Entre os nomes próprios, podemos incluir também algumas expressões referenciais que em seu uso adquirem o caráter de nome, mesmo que tenham sido usadas inicialmente como descrições, como por exemplo, “Santa Claus”, “Madagascar” e outras.

Para as expressões dêiticas e indexicais, bem como para as descrições definidas, é relativamente claro que uma explicação do modo como estão ligadas aos objetos por elas referidos inclui, do lado das expressões indexicais e dêiticas, a dependência contextual e, do lado das descrições definidas, a pertinência da descrição ao referente. Com respeito ao modo como nomes próprios cumprem a sua função de estar por objetos particulares e determinados e, por conseguinte, com respeito ao modo de ligação dos nomes próprios a seus portadores, a situação parece bastante complexa. Nomes próprios dão mostra de que, como as expressões dêiticas e indexicais, também dependem de algum modo do contexto de uso para exercerem sua função, de sorte que refiram seus objetos independentemente da natureza e constituição deles. Mas nomes próprios também se ligam a seus portadores específicos, mesmo a despeito do contexto, e, assim como as descrições definidas

parecem vincular-se aos seus objetos por causa da natureza particular deles.

A questão é, pois, explicar como, exatamente, nomes próprios se vinculam a seus objetos para cumprirem a função de estar por eles nas sentenças. (BRITO, 2003, p. 37)

Tendo em vista o desafio lançado pela última frase de Brito, passemos, agora, à investigação do que é a função operacional dos nomes próprios.

2.2 A FUNÇÃO OPERACIONAL DOS NOMES PRÓPRIOS

Faz pouco tempo que li que “A estrutura do maior prédio do mundo é composta de uma mescla de concreto e aço, alicerçada em bases oscilantes com amortecedores, que é capaz de sustentar os trezentos e vinte metros de altura do prédio sem que ele oscile.” Antes de ler essa notícia eu não sabia que o maior prédio do mundo tinha trezentos e vinte metros de altura, coisa que só fiquei sabendo depois que li tal informação.

Certa vez, indo a uma Igreja para participar de um casamento, me perdi no caminho. Vendo algumas pessoas na rua, perguntei-lhes como poderia chegar à Igreja desejada. Eles me disseram para “seguir em frente por três quarteirões, virar a primeira rua à esquerda, seguir em frente, virar a terceira rua à direita, seguir em frente por dois quarteirões e que, ao iniciar o terceiro, estaria no quarteirão da Igreja”. Fizemos o que nos foi informado e tive êxito em chegar à Igreja a tempo do casamento.

Também me lembro de que em um churrasco entre familiares, meus sobrinhos começaram a contar uma piada do “Joãozinho” e da “professora”. Embora não me lembre da piada, o que sei é que estava séria antes de ouvi-la e quase morri de rir ao fim da mesma.

O que esses episódios vêm a ilustrar são alguns questionamentos do tipo: como é possível que tenha entendido o tamanho e a estrutura de um prédio sem ver a sua planta somente escutando uma explicação acerca do mesmo? Como, ouvindo alguns sons proferidos por outra pessoa, meu estado de desorientação foi substituído pela localização e êxito ao chegar a um determinado lugar? Como é possível que um estado de concentração e seriedade possa dar lugar a um estado de euforia e de alegria depois de ouvir certos sons em determinados contextos?

O que ocorreu, indubitavelmente foi uma mudança de estado entre o primeiro momento dessas situações (saber algo, ouvir as instruções, ouvir a piada) e o segundo momento das mesmas (saber da altura e da estrutura de um prédio, me localizar e chegar à Igreja, rir da piada).

O que aconteceu em todas essas situações foi que existiu a decodificação de certas informações. Mas de onde vieram essas informações? Claramente elas vieram dos proferimentos que eu li, vi ou ouvi. Portanto, em todas elas eu recebi um proferimento, decodifiquei-o e, como resultado dessa decodificação, eu fiquei 'mais culto', ou 'achei o caminho para a Igreja', ou 'ri muito'. Não posso descrever exatamente o que aconteceu na minha mente durante essa decodificação, mas não tenho dúvida alguma de que tal decodificação aconteceu. E, da mesma forma, sei também que, se ela aconteceu, foi porque os proferimentos que eu li, vi ou ouvi funcionaram como códigos, ou seja, eles funcionaram como dados carregados de e com informação.

Uma das ideias fundamentais de tudo isso é a de que as expressões da linguagem sempre são usadas como códigos. Ora dizer que as expressões da linguagem sempre são usadas como códigos é o mesmo que dizer que a função básica da linguagem é a sua função operacional. Nesse sentido, o uso a expressão 'função operacional' se refere a essa função de código. O motivo para se usar essa formulação é para aludir ao fato de que sempre que uma linguagem é usada, existem sistemas, nas mentes dos falantes, que são acionados e que realizam certas operações para processar essas informações que são fornecidas pelas expressões da linguagem. Poderíamos usar também a expressão 'função informacional', mas isso geraria muitos equívocos. Ao associar-se a função informacional com a função de informar muitos poderiam ter a impressão de que informar estaria sendo usado no sentido de relatar fatos através do uso de sentenças declarativas. Claramente não é isso que queremos afirmar. Por esse motivo entendemos e preferimos usar o termo 'função operacional'.

O termo 'função operacional' deve ser entendido como a função básica da linguagem. Portanto, isso equivale a dizer que essa função é básica, significa dizer que ela sempre é exercida quando a linguagem é usada corretamente e que, qualquer outra função, a pressupõe. Obviamente podemos fazer um proferimento com vistas a alcançar diferentes objetivos, mas, qualquer que seja esse objetivo, ele só será alcançado se nosso proferimento puder ser decodificado por um sistema que

possua uma decodificação adequada. Aqui um breve excurso precisa ser feito. Os proferimentos envolvidos em cada uma das situações exemplificadas acima tinham naturezas muito distintas. Dessa forma, cada um tinha uma finalidade diferente, o que significa que cada um dos proferimentos daquelas situações é composto por uma função pragmática diferente.

No primeiro caso temos uma sentença de cunho descritivo, ou seja, uma sentença que tinha a pretensão de descrever a realidade. É natural que uma sentença descritiva transmita uma informação sobre o mundo. Todavia, as demais situações descritas, contudo, atestam que não são apenas as sentenças descritivas que veiculam informação para nossos sistemas internos de decodificação. A segunda situação, uma instrução complexa, relata outro tipo de proferimento. Nele não existia nenhuma constatação sobre a realidade, mas, mesmo assim, é inegável que tal situação me forneceu um tipo de informação que me foi extremamente útil. O que garante que essa informação foi recebida e processada na minha mente é que minha ação foi um tipo de resposta ao proferimento proclamado durante aquela situação. Igualmente, o terceiro proferimento não era composto de sentenças que visavam descrever algum fato do mundo. O objetivo das sentenças proferidas nessa situação eram tão somente as de nos fazer rir. Para que o intuito dos proferimentos dessa situação chegassem ao êxito era necessário sensibilizar, de alguma maneira, meus sistemas internos de decodificação. Em função disso, é preciso admitir que o proferimento me deu algum tipo de informação e que ao processar tal informação cheguei em uma boa gargalhada.

Em todos esses exemplos algo fica evidente. Seja qual for a finalidade para a qual o proferimento é designado, para que essa finalidade seja cumprida, torna-se necessário que o proferimento, em primeiro lugar, seja processado pela mente. Portanto, podemos concluir que todo proferimento, na medida em que cumpre um propósito na comunicação, deve, antes de tudo, exercer uma função operacional, ou seja, o proferimento deve fornecer informações que acionam certas operações em meus sistemas internos de decodificação. Se se trata de uma sentença declarativa, ela só pode me dar algum conhecimento se fornecer informação. Se se trata de uma ordem ou instrução, ela só pode ser executada, seja por palavras, ou seja, por ações, se me fornecer informação. Se se trata de uma piada, ela só pode me fazer rir se me fornecer informação. Fica claro, aqui, que os objetivos de um proferimento só são realizados se, *prima facie*, ele puder ser decodificado. Dito de outra forma,

em todo uso da linguagem que pretenda ser eficiente, a função operacional é um pressuposto.

No nosso modo de ver, está claro que a palavra tem uma função operacional. A informação fornecida pela palavra é essencial. A tese que trabalhamos é a de que a função operacional é pressuposta em todo uso 'eficiente' da linguagem. Nos casos ineficientes, a linguagem não desempenha uma função operacional porque simplesmente não desempenha função nenhuma. Mesmo assim, é bom lembrar que um mesmo dado pode fornecer informações diferentes para diferentes propósitos, e pode até mesmo carecer de informação para um propósito e fornecê-la quando o propósito é diferente. Mesmo quando considerada em vista de outro propósito, a palavra ainda pode ser considerada informativa. É preciso lembrar, no entanto, que o que está em questão é o uso de palavras e fórmulas para realizar determinados efeitos. E, para tal questão, uma vez que foram analisados vários casos de palavras pronunciadas para abrir uma porta, já temos uma explicação. Se uma expressão é dita na qualidade de uma determinada expressão e produz o efeito esperado, então algum sistema decodificou a palavra e, nesse caso, a palavra tem uma função operacional. *Per contra*, se a expressão não produz o efeito esperado, é porque ela não fornecia informação para aquele propósito e, nesse caso, a palavra não cumpre função alguma.

De fato, de acordo com os pressupostos aqui delimitados, não há possibilidade de uma expressão da linguagem ser usada de modo eficiente, seja qual for o propósito para o qual ela é designada, se não fornecer informação para um sistema de decodificação apropriado. Com os nomes próprios acontece a mesma coisa. Um nome próprio só realiza uma função se ele é usado como código. Com efeito, podemos verificar isso facilmente quando o nome é usado como vocativo. Tudo indica que, quando é usado como vocativo, um nome próprio sempre fornece alguma informação para o ouvinte. Ele sempre exerce uma função operacional em tais casos.

Quando um nome próprio é usado numa sentença interrogativa parece fácil admitir que ele precise fornecer alguma informação para nossos sistemas de decodificação, caso contrário o interlocutor não poderia dar a resposta nem cumprir a ordem. O próprio Kripke admite que quando alguém lhe pergunta a quem ele refere com o nome "Napoleão", ele responde algo como "Napoleão foi imperador da

França na primeira parte do século XIX; ao final, ele foi derrotado em Waterloo” (KRIPKE, 1972, p. 28).

Já quando um nome próprio é usado em uma sentença declarativa como sujeito, como objeto ou em qualquer outra função que não seja a de vocativo, pode não ser tão fácil ver de que forma o nome desempenha uma função operacional. Isso acontece porque o efeito do nome no interlocutor muitas vezes não é visível. Com efeito, durante a leitura de um texto eu posso deparar com uma porção de nomes próprios e continuar aparentemente impassível diante deles.

Quando o sistema recebe um código, a primeira coisa que ele faz é checar as informações preliminares que orientarão o restante do processamento. Isso é o que acontece no *check in* de dados. Depois dessa primeira checagem, as outras informações contidas no código são passadas a sistemas especializados, e aí tem início a segunda fase do processamento. É nessa fase posterior que será realizada a tarefa para a qual o código efetivamente é emitido. O *check in* de dados serve essencialmente para selecionar e classificar a informação e os parâmetros que serão processados na segunda fase.

O item do *check in* que tem maior importância na discussão sobre nomes próprios é o primeiro, o que trata do reconhecimento das palavras. Esse procedimento de reconhecimento de palavras deve acontecer sempre. Até nomes próprios precisam passar por essa etapa de reconhecimento. Não resta dúvida de que ele é essencial quando o nome aparece em perguntas como “quem é Napoleão?” e em ordens como “vá chamar a Dalila!”. Em um dos casos, o nome precisa ser reconhecido para que uma resposta seja dada; no outro caso, o nome precisa ser reconhecido para que uma pessoa seja chamada. Mas também em sentenças declarativas o reconhecimento do nome deve ser feito obrigatoriamente.

Quando o nome desempenha uma função operacional, ele é informativo. Aqui é preciso ter muita atenção. A ideia de que um nome ‘n’ contém informação não equivale à ideia de que ‘n’ é sinônimo de alguma outra expressão da linguagem ou de que ‘n’ diz algo sobre algum particular. Um nome contém informação simplesmente porque causa uma mudança de estado no meu sistema de decodificação de linguagem, ele desencadeia certas operações nesse sistema.

É muito importante fazer a diferença entre ‘informação sobre’ e ‘informação para’. A informação veiculada pelos nomes próprios é em primeiro lugar ‘informação para’. Ela serve para acionar certos processos mentais de computação. Entretanto,

uma vez que esses processos são acionados, os nomes passam a ser associados a outras informações, e essas informações possibilitam o seu uso em novas construções linguísticas, algumas das quais podem até servir para descrever fatos do mundo. Mas isso também vale para nomes de coisas reais. Apesar do nome em geral não conter em si mesmo informação descritiva sobre a coisa que ele nomeia, uma vez que seja processado, ele sempre é associado a informações que podem ajudar a caracterizar a tal coisa. Essa ideia está relacionada com o pensamento que Searle expressa quando afirma que nomes próprios “não funcionam como descrições, mas como pegadores nos quais nós penduramos descrições” (SEARLE, 1958, p. 172).

De todo modo, deve-se observar que nomes próprios só podem ser associados a ‘informações-sobre’ porque podem ser processados, e isso, por sua vez, só acontece porque eles sempre fornecem a nossos sistemas de decodificação ‘informações-para’.

A identificação da função sintática das palavras, que corresponde ao item 2 do *check in* de dados, é uma parte essencial do processamento linguístico. Com efeito, é graças a esse tipo de informação que somos capazes de reconhecer a diferença entre “Tom ama Maria” e “Maria ama Tom”, por exemplo. É razoável pensar que, já no *check in* de dados, o sistema deve ser capaz de ler essa informação sintática, pois essa leitura é que vai determinar quais operações vão ser aplicadas a quais palavras na segunda fase do processamento. Além disso, a leitura da informação sintática deve ser realizada de forma independente do processo de reconhecimento das palavras. De fato, Chomsky ilustrou esse ponto com sua famosa frase “*Twas brillig and the slithy toves did gyre and gimble*”, que, apesar de não ser inteligível, ainda fornece um tipo de informação sintática para o leitor.

O processo correspondente ao item 3 é indispensável para o processamento da informação linguística. É esse processo que verifica o tipo de proferimento que vai ser decodificado, ou seja, ele identifica a finalidade do proferimento. Para isso, o processo leva em consideração tanto informações sintáticas como informações fornecidas pelo contexto do proferimento. Dependendo de qual seja a finalidade do proferimento, ele será encaminhado para um subsistema especializado ou outro. Esse subsistema cuidará de atender aquela finalidade. Se o proferimento é uma sentença declarativa, o sistema deve encaminhar a informação para seus subsistemas que tratam dessa área. Se o proferimento é uma pergunta, o sistema

deve encaminhar a informação para seus subsistemas que respondem perguntas. Se o proferimento é uma ordem que pede uma resposta motora, o sistema deve encaminhar a informação para seus subsistemas que processam sentenças imperativas e acionam sistemas motores etc. Em suma, quando nossos sistemas internos de decodificação recebem um proferimento, eles precisam decidir o que fazer com ele antes mesmo de processá-lo de uma forma especializada. Essa decisão ocorre no *check in* de dados, assim que o processo de identificação do tipo do proferimento é completado.

É muito importante salientar que o funcionamento desses processos é muito mais complexo e muito mais integrado do que as breves observações que fizemos podem dar a entender. Por exemplo, o processo de reconhecimento de palavras deve recorrer assiduamente ao processo de análise da informação sintática e ao processo de análise da informação contextual. Reconhecer uma palavra não significa simplesmente reconhecer um sinal gráfico ou sonoro. O uso que se faz do sinal em dada ocasião também é fundamental, e a identificação desse uso depende de informação sintática e contextual. É graças à informação sintática que, por exemplo, podemos reconhecer dois usos diferentes da palavra “rosa” na sentença “a rosa é rosa”. Já na sentença “a hipotenusa brincava alegremente no parque”, embora a palavra “hipotenusa” possa ser reconhecida, seu uso não é tão fácil de reconhecer, e isso compromete a decodificação da sentença. Isso mostra que o reconhecimento do uso de uma palavra que aparece em um determinado contexto depende do reconhecimento das outras palavras que aparecem com ela no mesmo contexto.

Aqui o que mais importa para a compreensão do processamento de nomes próprios é o processo de reconhecimento das palavras. Durante esse processo, até um nome próprio precisa ser reconhecido e esse reconhecimento depende de certas informações preliminares fornecidas pelo nome. Só isso já mostra que nomes são informativos, o que equivale a dizer que eles cumprem uma função operacional. Além disso, essa deve ser a função básica do nome, pois se ela não for exercida, isso significa que o proferimento do qual o nome faz parte não foi decodificado, e, como sabemos, um proferimento que não é decodificado é um proferimento que não cumpre sua finalidade, seja ela qual for.

É possível, porém, particularizar mais o problema e falar das funções específicas dos nomes próprios. Com relação à função de vocativo, por exemplo,

vimos que o nome só é capaz de desempenhar tal função se antes de tudo ele desempenhar uma função operacional. Se a função do nome é nomear um personagem ficcional, a mesma coisa. Em relação à função referencial, não é diferente. Era essa função que o nome “Napoleão” e o nome “Dalila” pretendiam desempenhar em exemplos anteriores. Como acredito deve ter ficado claro, esses nomes só cumpriam sua função referencial porque antes de tudo desempenhavam uma função de código, ou seja, uma função operacional.

Estabelecidos esses elementos que nos clarearam o que seja a função operacional dos nomes próprios, passemos a alguns problemas e questionamentos que levantamos acerca de tudo o que falamos. Faremos tais elementos na terceira seção de nossa pesquisa.

2.3 ALGUMAS QUESTÕES ACERCA DOS NOMES PRÓPRIOS

Iniciemos nossa investigação nessa seção entendendo que para que possamos usar nomes próprios, precisamos associá-los a informações que já temos gravadas na memória ou, pelo menos, devemos pressupor que tais associações podem ser feitas por um agente de linguagem. Assim, por exemplo, quando respondemos a pergunta “quem é X?”, sendo X um certo nome próprio, nossa resposta é inegavelmente baseada em tais associações. *Per contra*, quando fazemos a pergunta “quem é X?” e de fato desconhecemos quem é X, não fazemos tais associações, mas pressupomos que alguém faz. Nós fazemos a pergunta exatamente porque esperamos que a resposta nos informe sobre as associações apropriadas, para que doravante possamos fazê-las também.

No geral, duas questões serão fundamentais aqui. São elas: 1ª) Nomes próprios têm um conteúdo descritivo?; 2ª) O que acontece quando um nome próprio é usado referencialmente?

Precisamos esclarecer alguns pontos. Um deles seria: O que levou descritivistas e causalistas a levantar essas questões?

Pode-se dizer que, na maioria dos casos, descritivistas e causalistas depararam com problemas sobre nomes próprios quando tentavam explicar questões mais gerais – questões semânticas, lógicas, epistemológicas etc. Inicialmente, as teorias que eles elaboraram tinham o objetivo de elucidar essas questões. Todavia, durante o processo de construção das mesmas, os nomes

próprios apareceram. Eles e seus problemas peculiares. Descritivistas e causalistas, destarte, foram obrigados a se ocupar desses problemas. Alguns lhes dedicaram uma discussão ampla e pormenorizada. Outros lhes dedicaram uma nota. De uma forma ou de outra, todos tiveram que moldar suas teses sobre nomes próprios de um modo que elas pudessem se encaixar devidamente em seu arcabouço teórico anterior, isto é, de um modo que elas fossem compatíveis com suas teses originais.

Frege, por exemplo, precisou desenvolver uma teoria geral do sentido para explicar certas questões a respeito das condições de verdade dos enunciados da linguagem. Uma das teses principais dessa teoria era a de que toda expressão da linguagem tem um sentido e que esse sentido ao mesmo tempo tem um valor cognitivo e é um modo de apresentar uma denotação. Tudo o que Frege falou depois sobre nomes próprios genuínos foi condicionado por essa tese.

Em seu livro *Intencionalidade*, Searle também faz uma análise internalista do funcionamento semântico dos nomes próprios (cf. SEARLE, 2002, cap. 9). De fato, de acordo com sua teoria, as identidades têm valores cognitivos diferentes porque “a” tem um sentido diferente do sentido de “b” (cf. FREGE, 1948, p. 209-10).

Kripke, por outro lado, começou com uma teoria semântica que visava explicar as condições de verdade dos enunciados modais. Quais seriam, por exemplo, as condições de verdade do enunciado “Aristóteles poderia ter sido um cantor de mambo”? De acordo com a semântica de Kripke, tal enunciado é verdadeiro se e somente se existir um mundo acessível ao atual no qual Aristóteles é cantor de mambo. Com base nesse tipo de comprometimento teórico, Kripke é levado a assumir que nomes próprios funcionam como designadores rígidos. É preciso, por exemplo, que o nome “Aristóteles” seja um designador rígido para que o enunciado “Aristóteles poderia ter sido um cantor de mambo” tenha as condições de verdade que tem. Para que tal enunciado possa ser verdadeiro, em primeiro lugar, precisamos estar falando de Aristóteles, do Aristóteles do mundo atual. Em segundo lugar, é preciso que esse mesmo Aristóteles exista em outro mundo possível com uma propriedade que ele não tem no mundo atual, a saber, a propriedade de ser um cantor de mambo. Ou seja, é preciso que o nome “Aristóteles” seja usado para referir esse Aristóteles que é essencialmente idêntico ao Aristóteles do mundo atual, mas contingentemente diferente deste. Em suma, para que o enunciado tenha as condições de verdade que tem, é preciso que o nome “Aristóteles” funcione como um designador rígido. E assim, generalizando, todos os nomes próprios devem

funcionar como designadores rígidos para que nossas intuições sobre as condições de verdade de enunciados modais sejam preservadas.

Ora, uma vez constatado que nomes próprios são designadores rígidos, Kripke imediatamente passa a negar que eles sejam sinônimos de descrições definidas. Ele tem que negar isso porque, normalmente, descrições definidas não são designadores rígidos. Se um nome próprio 'n' fosse sinônimo de uma descrição definida não rígida 'D', o enunciado "n é D" seria uma verdade necessária, apesar de que, em alguns mundos possíveis, o referente de 'n' não seria o referente de 'D', o que certamente vai contra as nossas intuições sobre as condições de verdade de enunciados modais com ocorrências de nomes próprios.

Esses são apenas dois exemplos de como dois dos principais filósofos envolvidos na discussão clássica sobre nomes próprios chegaram respectivamente ao antimillianismo e ao millianismo. Mas a verdade é que a maioria dos outros filósofos que participaram da mesma discussão trilham caminhos parecidos. Na maioria dos casos, as teses que esses filósofos apresentaram a respeito dos nomes próprios eram condicionadas por uma teoria preexistente. De fato, essa vinculação entre suas teses específicas sobre nomes próprios e suas teorias mais gerais fazia com que tais teses ganhassem força na medida em que tais teorias tinham mais ou menos sucesso em solucionar outros problemas, ou seja, com o aparente êxito da teoria, cada um se sentia justificado em defender aquelas teses. Se eles não defendessem o que defenderam, suas teorias ficavam prejudicadas e igualmente prejudicadas ficavam suas respostas às questões que se propuseram a resolver inicialmente.

Em vista disso, é preciso reconhecer que tanto descritivistas quanto causalistas tinham boas razões para defender suas posições. As teses descritivistas, por exemplo, eram essenciais para que o descritivista explicasse questões concernentes ao valor cognitivo de identidades (Frege), assim como problemas concernentes ao conhecimento de particulares (Russell), problemas concernentes a enunciados existenciais negativos (Russell) e problemas de ambiguidade referencial (Searle). As teses causalistas, por outro lado, eram indispensáveis para que o causalista explicasse as condições de verdade dos enunciados modais em termos de situações contrafactuais ou mundos possíveis (Kripke). Os dois lados tinham razões respeitáveis.

Como seria possível para nós escolher entre as razões de um e de outro? Entendemos que esse é um falso dilema. Em geral, não precisamos escolher as razões de um em detrimento das razões do outro. Muitas dessas razões podem ser conciliadas. Acreditamos que uma explicação sobre o funcionamento semântico dos nomes próprios possibilita essa conciliação e que o principal fator que permite esse resultado é o fato dela ser uma explicação internalista. Se adotamos a perspectiva internalista, podemos a um só tempo aceitar que nomes próprios são designadores rígidos e acreditar que eles têm um conteúdo descritivo.

Tentaremos, de forma breve, e com o viés internalista, responde às duas perguntas feitas acima.

O primeiro questionamento foi: Nomes próprios têm um conteúdo descritivo? Nossa resposta é Sim.

O conteúdo descritivo de um nome 'n', dado um certo uso de 'n', é o montante de informação que um sistema de decodificação associa a 'n' quando 'n' é usado daquela forma. Essa resposta deve ser entendida à luz da análise internalista de nomes próprios. De acordo com essa análise, sempre que um sistema de decodificação processa um enunciado declarativo com ocorrência de algum nome próprio 'n', o sistema associa certas informações a 'n' ou faz alguma operação com as informações já associadas, não importando se 'n' designa algum objeto da realidade ou não. Essas mesmas informações são acessadas quando o sistema tem de processar uma pergunta, ou uma ordem, ou qualquer outro tipo de enunciado que tenha uma ocorrência de 'n'. São essas informações que o sistema associa a 'n' em dada ocasião que constituem o conteúdo descritivo de 'n'.

Deve-se notar que o sistema de decodificação pode ser tanto um programa de computador como um sistema mental. Em qualquer caso, o sistema deverá estar apto a realizar a operação de associar o nome a certas informações. Quando a associação é feita, pode-se dizer que, para aquele sistema e para aquele uso, o nome tem um conteúdo descritivo. Vê-se assim que o conteúdo descritivo de um nome 'n' é sempre relativo a um sistema e a um uso. Em outras palavras, 'n' não tem um conteúdo descritivo em si mesmo, seu conteúdo lhe é anexado pelo sistema de acordo com o uso que é feito do nome em uma situação específica. Aqui também estamos de acordo com Searle no essencial, ou seja, quando ele diz que nomes próprios não funcionam como descrições, mas que são usados como pegadores nos quais nós penduramos descrições (SEARLE, 1958, p. 172).

Dessa forma, não se pode dizer que o conteúdo descritivo de um nome é seu significado. Um significado é uma regra pública de uso de uma palavra, é algo que um dicionário dá, e, nesse sentido, um nome próprio não pode ter um significado. O uso de um nome próprio não pode ficar atrelado a regras desse tipo. Se o uso do nome “Sócrates”, por exemplo, fosse regido por uma regra que dissesse que “Sócrates” significa “o mestre de Platão”, eu estaria infringindo uma regra semântica se chamasse meu cachorro de “Sócrates”. Além disso, se esse fosse o caso, como Kripke mostra no argumento da necessidade do significado, o enunciado “Sócrates é o mestre de Platão” seria analítico e, portanto, necessário, embora intuitivamente o enunciado seja sintético e, portanto, contingente. Por conseguinte, fica evidente que o uso de nomes próprios não pode ser governado por regras que podem ser expressas em definições de dicionários, ou seja, nomes próprios não têm significado, mas apenas conteúdo descritivo.

Considerados esses elementos, vamos à segunda questão: O que acontece quando um nome próprio é usado referencialmente? Nomes próprios podem ser usados para diferentes propósitos.

Em algumas ocasiões, eles são usados referencialmente, em outras não. Entre as ocasiões em que um nome próprio ‘n’ é usado referencialmente, há uma que se distingue de todas as outras. Trata-se da ocasião em que ‘n’ é usado pela primeira vez. Essa ocasião é especial porque nela os falantes criam um novo padrão de uso para ‘n’ e, dessa forma, dão o primeiro passo para que se inicie uma nova tradição para o uso de ‘n’. Dali em diante, um falante que tomar parte nessa tradição, ao usar ‘n’ referencialmente, terá a intenção de chamar de ‘n’ a mesma coisa que inicialmente foi chamada assim.

Chamamos a atenção para esse ponto porque, se quisermos definir o que significa usar um nome próprio ‘n’ referencialmente, temos que levar em conta essa diferença entre a primeira vez que se usa ‘n’ para referir um objeto ‘b’ qualquer e as demais vezes em que ‘n’ é usado para referir ‘b’. Com efeito, gostaríamos de dar a seguinte definição: Um nome próprio ‘n’ é usado referencialmente se e somente se:

1. ‘n’ é usado para nomear um objeto ‘b’ em um ato de nomeação inicial; ou
2. ‘n’ é usado com a intenção de nomear ‘b’ depois de ter sido dado a ‘b’ em um ato de nomeação inicial, e em razão disso.

Afirmaremos, também, que: Um nome próprio 'n' exerce uma função referencial se e somente se 'n' é usado referencialmente.

A segunda pergunta que apresentamos pede um esclarecimento sobre o que exatamente acontece quando um nome próprio é usado referencialmente. Como há dois casos em que um nome próprio é usado assim, a resposta tem que dar esclarecimentos sobre o que acontece nesses dois casos.

Reconhecemos que Kripke já deu esclarecimentos valiosos tanto sobre o que acontece no caso 1 quanto sobre o que acontece no caso 2, o problema é que, ao fazer isso, ele se limitou a tratar das condições externas (condições sociais, semânticas, lógicas) que devem ser satisfeitas para que os falantes possam usar um nome próprio referencialmente. Tendo em vista nosso viés, trataremos das condições internas que devem estar presentes quando os falantes usam nomes próprios da forma já mencionada.

Para um internalista, quando um falante sempre faz alguma operação mental com o conteúdo descritivo de um nome próprio quando usa esse nome referencialmente e, além disso, que essas operações não são inócuas, que elas são de fato necessárias para que o uso referencial do nome se concretize. Isso, porém, não equivale a dizer que o conteúdo descritivo de um nome próprio 'n' determina a referência de 'n'. Uma coisa é dizer que certas operações realizadas com o conteúdo descritivo de um nome próprio 'n' são necessárias para que o uso referencial de 'n' se concretize, outra coisa é dizer que o conteúdo descritivo de 'n' determina a referência de 'n'.

Para entender melhor essa diferença, devemos antes de qualquer coisa ter clareza sobre o que significa “determinar a referência de um nome próprio”. Apesar dos descritivistas serem criticados por supostamente defenderem a tese de que o conteúdo descritivo de um nome próprio determina sua referência, até onde pude verificar, nenhum deles diz isso com essas palavras, ou seja, nenhum deles usa o verbo “determinar” para falar da relação entre o conteúdo descritivo e a referência de um nome próprio. Em *Sense and Reference*, por exemplo, Frege nunca usa o verbo “determinar” nesse sentido. Especificamente, ele nunca diz que um sentido determina uma referência. Em *Meaning and Necessity*, Carnap também não usa o verbo “determinar” para falar da relação entre uma intensão e uma extensão. Searle, até onde eu sei, também não diz nada parecido (certamente não diz nada disso em *Proper Names*), e Russell muito menos. A expressão é na realidade uma marca de

Naming and Necessity e de textos causalistas posteriores. Em vista disso, é na principal obra filosófica de Kripke que devemos buscar elementos para esclarecer o sentido da expressão “determinar a referência”.

Embora Kripke não deixe explícito qual o sentido do verbo “determinar” quando ele fala em determinar a referência de um nome ou diz que a referência de um nome é determinada dessa ou daquela maneira, o contexto muitas vezes se encarrega de esclarecer esse sentido. O problema é que, muitas vezes, o que o contexto sugere em certas passagens, não parece ser a mesma coisa que sugere em outras. De fato, em algumas passagens, Kripke parece usar a expressão “determinar a referência” no sentido de “identificar a referência” (“*to pick out the reference*”) e em outras ele parece usá-la no sentido de “fixar a referência”. A seguir são citadas duas passagens de *Naming and Necessity* que exemplificam isso:

Primeiro exemplo:

O problema básico para qualquer visão tal como a de Mill é como nós podemos determinar qual é o referente de um nome, tal como ele é usado por um dado falante. Segundo a visão descritivista, a resposta é clara. Se ‘Joe Doakes’ é só uma abreviação para ‘o homem que corrompeu Hadleyburg’, então quem quer que tenha sozinho corrompido Hadleyburg é o referente do nome ‘Joe Doakes’. Contudo, se não há nenhum tal conteúdo descritivo para o nome, então como as pessoas usam nomes para se referir às coisas no final das contas? [...] Por exemplo, se eu uso o nome ‘Napoleão’, e alguém pergunta, ‘A quem você está se referindo?’, eu responderei algo como ‘Napoleão foi imperador da França na primeira metade do século dezenove; ele foi finalmente derrotado em Waterloo’, dando assim uma descrição univocamente identificadora para determinar o referente do nome. Frege e Russell, então, parecem dar uma explicação natural de como a referência é determinada aqui; Mill não parece dar nenhuma. (KRIPKE, 1972, p. 27-28)

Segundo exemplo:

O que foi realizado até agora, se é que algo foi realizado? Primeiro, eu tenho argumentado que uma popular visão sobre como os nomes adquirem sua referência em geral não se aplica. Em geral não é o caso que a referência de um nome é determinada por traços unicamente identificadores, propriedades únicas satisfeitas pelo referente, as quais o falante sabe ou acredita serem verdadeiras do referente. (KRIPKE, 1972, p. 106)

No primeiro exemplo, determinar uma referência parece ser a mesma coisa que identificar uma referência. Note que Kripke começa se referindo ao problema de

como nós podemos determinar qual é o referente de um nome próprio e, um pouco mais à frente, ao mencionar o exemplo do nome “Napoleão”, ele diz que dá uma descrição univocamente identificadora para determinar o referente do nome. Observemos que, se a descrição é mesmo identificadora, o que ela faz é identificar um objeto. Assim, tudo indica que na passagem citada, Kripke está usando “determinar” no sentido de “identificar”.

Já no segundo exemplo, Kripke começa dizendo que argumentou contra uma popular visão sobre como os nomes próprios adquirem [geŋ] sua referência e em seguida ele diz que a referência dos nomes não é determinada da forma como os descritivistas conceberam. Essas afirmações parecem autorizar a interpretação de que uma explicação sobre como a referência dos nomes próprios é determinada é uma explicação sobre como nomes próprios adquirem referência, ou seja, é uma explicação sobre como a referência é fixada.

Temos, portanto, exemplos de duas passagens que falam sobre pessoas que determinam referências, ou sobre referências que são determinadas, e que sugerem interpretações diferentes sobre o que está sendo dito. Em uma delas “determinar a referência” parece significar o mesmo que “identificar a referência”, e, na outra, a expressão parece significar o mesmo que “fixar a referência”. Obviamente, os dois sentidos são diferentes. Fixar a referência de um nome próprio é algo que se faz quando o nome é usado do modo descrito no caso 1; identificar a referência de um nome próprio é algo que se faz quando o nome é usado do modo descrito no caso 2.

Não queremos discutir se Kripke é consistente ao usar o verbo “determinar”. Assinalar os usos que ele faz do verbo já me basta para a argumentação desse trabalho. Isso me dá subsídio para afirmar que o verbo tem pelo menos duas acepções diferentes que devemos considerar aqui, a saber, as acepções de “identificar” e a de “fixar”. Com isso, torna-se possível explicar qual a diferença entre dizer que certas operações realizadas com o conteúdo descritivo de um nome próprio ‘n’ são necessárias para que o uso referencial de ‘n’ seja concretizado e dizer que o conteúdo descritivo de ‘n’ determina a referência de ‘n’. Se a expressão “determinar a referência” é tomada no sentido de “identificar a referência”, então, de fato, temos que admitir que o conteúdo descritivo de um nome ‘n’ não determina necessariamente a referência de ‘n’. Isso é claro uma vez que as informações que compõem o conteúdo descritivo associado a ‘n’ podem não ser suficientes para identificar um objeto univocamente. Além disso, mesmo quando essas informações

são suficientes para identificar um objeto univocamente, pode ser que elas não identifiquem o objeto correto, ou seja, pode ser que elas não identifiquem o objeto que foi chamado de 'n' no ato de nomeação inicial.

Se a expressão é tomada no sentido de “fixar a referência”, devemos distinguir duas situações. Se o nome próprio 'n' é introduzido por um ato de ostensão, então a fixação da referência de 'n' não é determinada pelo conteúdo descritivo de 'n'. Na verdade, o nome que é anexado a um objeto por uma definição ostensiva em geral não vem com um conteúdo descritivo. Ele só ganha um conteúdo depois da ostensão. Por outro lado, se o nome 'n' é introduzido por uma descrição definida, como aconteceu, por exemplo, com o nome do planeta Netuno, então se pode dizer sem ressalvas que o conteúdo descritivo de 'n' determina a referência de 'n'.

Seja como for, a conclusão a que chegamos é a de que o conteúdo descritivo de um nome próprio 'n' em geral não determina a referência de 'n', isto é, em geral, o conteúdo de 'n' nem identifica nem fixa uma referência. Em contrapartida, os falantes sempre fazem ou suscitam em seus ouvintes certas operações com o conteúdo descritivo de um nome próprio 'n' quando usam 'n' referencialmente, e é graças a essas operações que o uso referencial do nome consegue cumprir o seu objetivo. Isso acontece nos dois casos em que 'n' é usado referencialmente.

Quando um falante usa um nome próprio do modo descrito no caso 1, seu objetivo é inaugurar uma nova tradição de uso para 'n'. O que o falante quer é que o objeto que ele estabelece como sendo a referência de 'n' possa continuar sendo referido por outros falantes que vierem a usar 'n' referencialmente. Se o ato de nomeação inicial é realizado com o auxílio de uma definição do tipo “n é D”, onde D é uma descrição definida que descreve o objeto b, o que acontece é que 'n' vai passar a ser associado à informação fornecida pela definição. Essa informação constituirá o conteúdo descritivo de 'n' em um primeiro momento. Todos os falantes que associarem esse conteúdo descritivo a 'n' estarão, portanto, usando 'n' para referir b, ou seja, estarão usando 'n' do modo estabelecido no ato de nomeação inicial. Os que não fizerem essa associação, simplesmente não poderão usar 'n' para referir b, pelo menos não com base no ato de nomeação.

Dessa forma, fica claro que, para cumprir seu objetivo, que é criar uma nova tradição de uso para o nome próprio 'n', o ato de nomeação depende inteiramente de que os falantes atribuam certo conteúdo descritivo a 'n'. Mas a verdade é que

mesmo no caso em que o ato de nomeação é realizado com a presença do objeto nomeado, ele só cumpre seu objetivo se os falantes envolvidos na cerimônia fizerem certas operações mentais com o conteúdo descritivo do nome introduzido naquela ocasião. Aqui, porém, pode surgir uma dúvida: foi dito acima que o nome que é anexado a um objeto por uma definição ostensiva em geral não chega com um conteúdo descritivo; como então é possível que os falantes descubram algum conteúdo descritivo no nome e operem com ele? Bem, o que acontece é que há uma mudança no nome a partir do momento em que ele é ligado ao objeto pelo ato de nomeação. Antes daquele momento, o nome, por assim dizer, está solto, por isso ele não tem conteúdo descritivo algum. Todavia, depois que é amarrado ao objeto, ele adquire conteúdo descritivo. Esse conteúdo vai ser composto principalmente das informações sensoriais que os falantes presentes ao ato de nomeação vão extrair do próprio objeto. Logo após a nomeação inicial, os falantes só poderão continuar usando o nome próprio 'n' para referir um objeto b se o associarem àquele mesmo conteúdo descritivo. Essa é a operação que deve ser feita com o conteúdo descritivo de 'n' para que o ato de nomeação cumpra o seu objetivo, ou seja, para que aquele uso de 'n' seja propagado. Em outras palavras, uma tradição de uso referencial de um nome 'n' só pode ter início se um conteúdo descritivo for associado a 'n' logo de início.

De posse de todos esses elementos conseguimos determinar alguns dos aspectos fulcrais das funções dos nomes próprios. Contudo, não analisamos de que forma essas estruturas podem se coordenar e montar teorias que investiguem os nomes próprios. No próximo capítulo investigaremos duas correntes que, a nosso ver, conseguem analisar de forma interessante os nomes próprios.

3 DUAS TEORIAS DA NOMEAÇÃO

Neste capítulo, vamos fazer uma exposição a respeito das duas principais posições filosóficas sobre nomes próprios: o descritivismo e o causalismo. Doravante, ficará claro que a questão que realmente divide esses dois pontos de vista distintos é a questão sobre o conteúdo descritivo dos nomes próprios. Descritivistas defendem a tese de que nomes próprios têm um conteúdo descritivo, e os causalistas negam essa tese.

Com essa apresentação queremos tão somente mostrar os argumentos de ambos os lados, sem fazer juízos críticos sobre nenhum deles. É verdade que nossa posição a respeito do funcionamento dos nomes próprios está muito mais próxima do descritivismo do que do causalismo, haja vista nosso posicionamento acerca do internalista e da visão computacional de mente, mas não trataremos disso nessa pesquisa. O que faremos aqui, no presente capítulo, é procurar salientar as divergências entre as teses descritivistas e causalistas, antes disso, porém, é preciso falar brevemente sobre um ponto pacífico para os filósofos de ambas as correntes.

Algo que se pode identificar tanto em descritivistas quanto em causalistas, pelo menos nos mais proeminentes representantes de cada posição, é o interesse pela função referencial dos nomes próprios. Graças a esse interesse comum, encontramos as teorias da referência de viés descritivista, por um lado, e as de natureza causalista, por outro. As primeiras dizem que um nome próprio 'n' refere um objeto 'b' por meio de um conteúdo descritivo, as últimas sustentam que 'n' refere 'b' diretamente, sem auxílio de um conteúdo descritivo. De um modo ou de outro, o propósito de ambas é explicar a forma como a função referencial de 'n' é exercida, embora cada uma dessas correntes estabeleça *modus operandi* distintos.

Até aqui tudo bem. Não há nada de errado em estudar e buscar uma explicação para a função referencial dos nomes próprios. Nomes próprios certamente têm uma função referencial e, como vimos na introdução, explicá-la é importante para esclarecer questões sobre as condições de verdade dos enunciados da linguagem. O problema é que muitas vezes esses filósofos falam de uma forma como se a função referencial fosse a única função filosoficamente relevante dos

nomes próprios ou, pior ainda, como se ela fosse a única função dos nomes próprios. Existem várias indicações disso nos textos clássicos.

Russell, por exemplo, faz várias afirmações que indicam que ele considerava a função referencial dos nomes próprios como sua função fundamental. Em *A Filosofia do Atomismo Lógico*, inicialmente, ele define “nomes próprios” como “palavras para os particulares” (RUSSELL, 1985, p. 71). Em um segundo momento, ele substitui essa definição por uma mais abrangente e declara o seguinte: “Um nome é [...] um símbolo simples usado para designar um particular determinado ou por extensão um objeto que não é um particular mas que se trata no momento como se fosse um particular, ou que se acredita falsamente ser um particular, tal como uma pessoa” (RUSSELL, 1985, p. 106). Assim, para Russell, pelo menos nessa passagem, nomes servem basicamente para designar particulares genuínos ou putativos. Isso os nomes fazem de um modo peculiar. Eles designam suas denotações sem descrevê-las. Russell ressalta isso ao dizer que “o nome é simplesmente um meio de apontar uma coisa” (RUSSELL, 1985, p. 107).

Essa função de apontar, que nada mais é que a função referencial, não seria apenas uma função possível do nome próprio. Russell insiste que a função referencial é a função que um nome deve ter necessariamente para ser um nome. No capítulo XVI de sua *Introdução à Filosofia Matemática*, ele afirma: “Se ‘a’ é um nome, ele deve nomear algo: o que não nomeia nada não é um nome, e, portanto, se pretendia ser um nome, é um símbolo vazio de significado...” (RUSSELL, 1993, p. 53). Semelhantemente, na *Filosofia do Atomismo Lógico*, ele afirma que “um nome deve nomear alguma coisa ou não é um nome” (RUSSELL, 1985, p. 105). Dessa forma, fica claro que, para Russell, a função necessária de um nome é a função referencial, algo que não desempenha essa função não é de fato um nome.

Searle apresenta um ponto de vista semelhante nos *Atos de Fala*. Na seção sobre nomes próprios, lemos a seguinte pergunta: “Para que servem os nomes próprios?” A resposta é imediata e sem hesitação: “Evidentemente, para se referir aos indivíduos” (SEARLE, 1981, p. 228). É importante notar que Searle aqui não faz menção de qualquer outra função que os nomes próprios possam desempenhar. Para ele, é evidente que a função dos nomes próprios é por excelência a função referencial. Numa passagem anterior do mesmo texto, ele já havia dito: “À primeira vista, nada parece mais fácil de ser compreendido, na filosofia da linguagem, que o

uso de nomes próprios: aqui está o nome, lá o objeto. O nome representa o objeto” (SEARLE, 1981, p. 214).

Da mesma forma, é fácil observar o comprometimento de Kripke com a pressuposição de que nomes próprios servem essencialmente para referir. Toda a explicação de Kripke sobre nomes se baseia na ideia de que eles são designadores rígidos. Ou seja, para Kripke, nomes servem para referir particulares, e os designam em todos os mundos possíveis em que esses particulares existem. Nesse sentido, nomes próprios funcionariam da mesma forma que as constantes de uma linguagem formal interpretada de acordo com a semântica intensional (com a diferença óbvia de que a referência de um nome não é fixada por uma função de interpretação e sim por mecanismos sociais de significação).

Mas essa visão de nomes como constantes individuais não é exclusiva de Kripke. De fato, segundo Tyler Burge, ela é uma visão generalizada entre os filósofos. Em seu artigo *Reference and Proper Names*, depois de mostrar algumas semelhanças entre nomes próprios e constantes individuais, Burge diz: “É provavelmente verdadeiro dizer que a maioria dos filósofos, linguistas, e lógicos tem, sobre essas bases, aceitado uma visão de nomes próprios como constantes individuais” (BURGE, 1973, p. 426). Com isso, ele quer dizer que a maioria dos filósofos, linguistas e lógicos concorda que nomes servem basicamente para referir particulares. Para ele, as vozes divergentes são de Russell e Quine, que tratariam nomes como predicados de um tipo peculiar. Ele mesmo junta a sua voz a essa minoria e advoga a tese de que nomes próprios funcionam de fato como predicados, tendo também certas características de demonstrativos. De todo modo, na teoria de Burge, nomes ainda tem basicamente uma função referencial. A diferença é que eles não referem particulares, mas propriedades.

As referências feitas acima parecem mostrar que os filósofos mencionados de fato não viam outra função nos nomes próprios além da função de referir, ou, se viam, não a consideravam filosoficamente relevante. Como vimos, alguns chegaram até a excluir da classe dos nomes próprios aqueles nomes que não referem nada. Mas isso é obviamente um exagero. Todos nós sabemos o que são nomes próprios. Se essas palavras não se ajustam aos nossos critérios do que deve ser um nome próprio, não são elas que devem perder suas credenciais de nomes próprios, são nossos critérios que devem ser reformulados. É preciso reconhecer que mesmo nomes que não referem nada desempenham uma função na linguagem. Que função

é essa? Como ela é exercida? Ela depende da função referencial ou é o contrário? Há várias questões que surgem aqui como derivadas dessa noção. E todas elas são filosoficamente relevantes.

O que parece tácito é que tanto descritivistas quanto causalistas estavam, por assim dizer, 'enfeitiçados' por uma certa imagem da linguagem e por isso não conseguiam ver outras possibilidades. A imagem que os mantinha sob seu poder era a imagem da linguagem como instrumento de representação do mundo. Se eles tivessem atentado para o aspecto informacional da linguagem, algo que descrevemos no capítulo segundo de nossa dissertação, provavelmente teriam observado que os nomes próprios também servem como transportadores de informação. De fato, vamos tentar mostrar nesse capítulo, essa é sua a função mais básica: transportar informação. Dessa forma, um nome não precisa referir nada para servir de veículo para uma informação, mas o contrário não ocorre.

Nessa perspectiva, vemos que o ponto comum entre descritivistas e causalistas é, na verdade, também uma limitação comum. Ambos, descritivistas e causalistas, se preocuparam tanto com a função referencial dos nomes próprios que se esqueceram de pensar sobre as outras funções que eles poderiam desempenhar. Acreditamos que, se eles tivessem aberto mais seu ângulo de visão, mesmo suas explicações sobre a função referencial seriam mais satisfatórias e abrangentes do que as formulações que nos foram apresentadas. Mas, por hora, basta de falar sobre as possíveis semelhanças entre esses dois sistemas.

Doravante, nosso objetivo é colocar as diferenças entre causalistas e descritivistas em evidência. De acordo com Brito, o pomo de discórdia entre essas duas visões poderia ser pensada dessa forma:

Embora haja uma concordância geral de que a função dos nomes próprios é estar por objetos particulares, os filósofos não se podem pôr de acordo sobre o modo como esses termos cumprem sua função referencial nas sentenças. A disputa contemporânea em torno desse tópico, documentada em volumosa literatura filosófica, tem sido, com mais ou menos ímpeto, mantida pelo menos desde a publicação dos escritos de Gottlob Frege sobre as questões semânticas, em especial *Über Sinn und Bedeutung* (1892a). No início dos anos 1970, o confronto entre teorias da referência para os nomes próprios ganhou dimensões extremadas com a publicação do artigo de Saul A. Kripke *Naming and necessity* (1972), em que severas críticas são formuladas às concepções teóricas de caráter fregeano e uma concepção concorrente é proposta. (BRITO, 2003, p. 39)

Ele ainda acrescenta que:

A partir do trabalho de Kripke e da publicação de um grande número de artigos, seja defendendo sua posição, seja buscando um resgate da vertente fregeana, o debate sobre nomes próprios tem estado bastante dividido, de sorte que se poderia, *grosso modo*, dividir as concepções que se confrontam em dois grupos. De um lado estariam aqueles que, como Kripke e Mill, afirmam que os nomes próprios, para cumprirem sua função referencial, não carecem de nenhuma vinculação com descrições ou com qualquer coisa como significado. No vocabulário de Mill, nomes próprios denotam, mas não têm nenhuma conotação. De outro lado estariam aqueles outros, os quais, na linha de Frege, vinculam aos nomes próprios o sentido (*Sinn – meaning* ou *sense*) para esclarecer o modo como chegam a estar por objetos particulares na sentença. (BRITO, 2003, p. 39-40)

Por fim, em sua linha argumentativa, ele afirma concluindo sua explicação introdutória acerca da discórdia entre as duas correntes:

Se nos concentrarmos no essencial, o ponto das discórdias na disputa em torno das concepções sobre o modo como nomes próprios estão por determinados objetos particulares é certamente o papel do sentido. Do lado da vertente fregeana, defende-se que aos nomes próprios vinculam-se sentidos e que é somente pelo sentido a que estão vinculados é que podem desempenhar a sua função semântica. Já da perspectiva kripkeana, afirma-se que o significado não tem qualquer papel na semântica dos nomes próprios, mesmo porque aos nomes próprios não corresponderia qualquer significado. (BRITO, 2003, p. 40)

Para que seja possível entender o ponto de vista de cada uma dessas correntes e suas idiosincrasias, iremos examinar primeiramente as teorias descritivistas e, em sequência, as teorias causalistas. Tentaremos estabelecer um olhar mais acurado a esses sistemas, todavia, não esgotaremos todos os matizes que os copõem. O que pretendemos é estabelecer um olhar que se volta aos principais elementos basilares de cada uma dessas correntes, apontando as formulações mais tradicionais que formam tanto uma visão quanto a outra.

Começaremos pelo descritivismo.

3.1 DESCRITIVISMO

Inicialmente poderíamos definir o descritivismo como sendo uma posição filosófica segundo a qual todo nome próprio 'n' apresentaria um conteúdo descritivo.

Embora essa definição seja clara e possivelmente uma das comuns, ela ainda é inespecífica e pouco exigente na delimitação do que seja o descritivismo. Isso ocorre por pelo menos duas razões que quero salientar. Em primeiro lugar, isso ocorreria pelo fato da definição acima citada mencionar uma noção genérica acerca do que seja um conteúdo descritivo. Em segundo lugar, pelo fato dessa definição não apresentar o descritivismo como uma posição filosófica acerca do modo como os nomes próprios devem referir. Tentarei explicar melhor o sentido do que quis dizer acerca desses dois pontos.

O primeiro ponto tem a ver com a expressão “conteúdo descritivo”. Normalmente essa expressão é usada na definição do descritivismo por ser adaptável. Nesse viés o conteúdo descritivo de uma expressão da linguagem é aquilo que ela expressa. Entretanto, o que observamos é que os filósofos não possuem uma opinião consensual sobre a natureza daquilo que as expressões da linguagem expressariam. Alguns pensadores defendem que as expressões expressam sentidos, outros sustentam que elas expressariam significados, outros, ainda, falam em ideias, em intensões, em conceitos etc. Assim, o que observamos é que o conteúdo descritivo de uma expressão pode ser qualquer uma dessas noções aludidas.

O que precisamos notar é que a definição acima citada utiliza uma noção de conteúdo descritivo justamente com o intuito de abrir espaço para essas diferentes possibilidades. Ao utilizar essa noção altamente elástica, podemos chamar de “descritivista” tanto um filósofo que argumenta que a noção de nomes próprios têm significado quanto aqueles que garantem que eles, os nomes próprios, por exemplo, evocam imagens mentais. De um modo geral, essa definição nos permite considerar descritivista qualquer um que defenda a noção de que nomes próprios têm qualquer característica ou que produzam qualquer efeito que possa ser retratado como sendo um conteúdo descritivo, seja ele de caráter objetivo ou de caráter subjetivo. O que nossa pesquisa mostrou foi que a elasticidade dessa noção é importante para que se criem espaços para essas alternativas conceituais pois o objetivo é que tal

definição se aplique às explicações da maioria dos filósofos que comumente podem ser considerados como descritivistas.

O segundo ponto por nós indicado tem a ver com o fato de que a definição que expusemos não apresenta o descritivismo como sendo um posicionamento acerca do modo como os nomes próprios referem. Validamente, essa noção simplesmente afirma que, para um descritivista, os nomes próprios têm um conteúdo descritivo; entretanto, nada é dito sobre como ou para quê esse conteúdo seria usado. Mormente, não é dito que o conteúdo descritivo de um nome 'n' deve ser usado para determinar a denotação ou mesmo a referência de 'n'. Dessa forma, nenhuma tese que advogue a respeito de como os nomes próprios referem seria implicada pelo descritivismo. A essa noção estariam sendo incluídas a maioria das teses que Kripke atribui às teorias descritivistas, em especial as indicadas em *Naming and Necessity*.

Com base nisso, algum leitor poderia reclamar que essa definição enunciada acima é incompleta, ou mesmo que ela deveria caracterizar o descritivismo como sendo um tipo de explicação acerca do uso referencial dos nomes próprios. A reclamação é compreensível, mas, efetivamente, o problema estaria no fato de que nem sempre os filósofos que são considerados descritivistas reivindicam, para si, uma teoria da referência. Em alguns casos apresentados pelos possíveis adeptos dessa teoria, a tese de que os nomes próprios têm um conteúdo descritivo é postulada tão somente para explicar o fato de que esses nomes têm um valor cognitivo, ou seja, ela não é apresentada como uma tese que postule como nomes próprios referem. Isso pode ser notado, por exemplo, como veremos, em Russell. Dessa forma, não é possível afirmar de forma correta que todas as teorias ditas descritivistas seriam teorias acerca da referência dos nomes próprios. Se isso é fato, por conseguinte, não seria adequado definir o descritivismo como sendo uma posição filosófica que tentaria, fundamentalmente, apresentar uma explicação acerca da função referencial dos nomes próprios.

Feitos esses esclarecimentos preliminares, passemos, doravante, a apresentar as teorias da nomeação de Frege, Russell e Searle, autores que consideramos serem os principais representantes do descritivismo clássico.

Frege é considerado um descritivista normalmente por causa de uma nota apresentada em sua obra intitulada *Sense and Reference*. Vejamos:

No caso de um nome próprio genuíno como 'Aristóteles', as opiniões quanto ao sentido podem certamente divergir. Poder-se-ia, por exemplo, tomar como seu sentido o seguinte: o discípulo de Platão e o mestre de Alexandre Magno. Quem fizer isto associará outro sentido à sentença 'Aristóteles nasceu em Estagira' do que alguém que tomar como sentido daquele nome: o mestre de Alexandre Magno que nasceu em Estagira. Enquanto a referência permanecer a mesma, tais variações de sentido podem ser toleradas, ainda que elas devam ser evitadas na estrutura teórica de uma ciência demonstrativa, e não devem ter lugar numa linguagem perfeita. (FREGE, 1948, p. 210, nota 2)

Essa nota aparece em um ponto do texto em que Frege declara aquilo que seria preciso para que alguém apreenda o sentido de um termo singular. Portanto, o que seria preciso é que a linguagem, ou a totalidade das designações usadas, seja familiar ao falante. Mediante essa noção Frege parece querer dizer que, para apreender o sentido de uma combinação de palavras, bastaria conhecer o sentido dessas palavras. Com aquilo que ele denomina de nomes próprios genuínos, porém, a coisa ocorreria de forma diferente. No exemplo dado na nota citada, o nome "Aristóteles" não é um símbolo composto, ou seja, o seu sentido não é algo construído a partir dos sentidos dos seus constituintes. Fica então um questionamento: como seria possível apreender o sentido do nome "Aristóteles"? A resposta que a nota 2, citada acima, traz é a de que existem vários modos de apresentar o nome "Aristóteles" e cada um desses modos representa um sentido que pode ser associado ao nome "Aristóteles". Assim, qualquer falante pode tomar um desses sentidos e, de forma válida, associá-lo ao nome. Porém, se dois falantes associarem sentidos diferentes ao nome "Aristóteles", então, em uma mesma sentença contendo esse nome teremos expressado um certo sentido para um deles e um sentido distinto para o outro.

Observemos, assim, que, no descritivismo de Frege, o conteúdo descritivo de um nome próprio é um sentido. No contexto de sua filosofia, o sentido é algo que serve para ligar uma expressão a uma denotação. O mesmo ocorrerá no caso dos nomes. Portanto, o sentido de um nome próprio é o que determinará a sua denotação. Logo, é através do sentido que o nome denota.

Em contrapartida, é sabido, nesse contexto, que alguns sentidos são vazios, ou seja, que eles não determinam nenhuma denotação. Os nomes, nesse viés, também podem ter sentidos vazios. Se tomarmos o nome "Pégasus", por exemplo, teríamos expresso um sentido do tipo: cavalo alado de Belerofonte. Se tomarmos

esse caso, o nome “Pégasus” ele terá um sentido, mas, em contrapartida, ele não terá nenhuma denotação haja vista que não existe nada, na realidade, que seja fisgado por esse sentido.

Já o descritivismo apresentado por Russell não é tão simples quanto o expresso pelas teorizações de Frege. Para compreendê-lo, primeiramente, temos de compreender a distinção entre conhecimento por familiaridade e conhecimento por descrição, além da distinção entre um nome logicamente próprio e um nome próprio ordinário.

Observemos que a distinção entre conhecimento por familiaridade e conhecimento por descrição, como explica o próprio Russell, corresponderia à “diferença entre as coisas das quais nós temos apresentações e as coisas que nós só alcançamos por meio de expressões denotativas” (RUSSELL, 1905, p. 479). Observemos que para Russell ter conhecimento por familiaridade de um objeto é estar em uma relação cognitiva, direta, com esse objeto, ou seja, é ter consciência direta do objeto em si (cf. RUSSELL, 1910-11, p. 108). Esse seria o tipo de conhecimento que teríamos de universais e de particulares. Entrementes, aqui cabe ressaltar que há muitas coisas que comumente seriam consideradas particulares não o são do ponto de vista de Russell. Do seu ponto de vista somente os dados dos sentidos seriam particulares. Assim, um indivíduo, por exemplo, entendido como um ser constituído de corpo e mente, não é um particular. Mesmo se considerarmos que os indivíduos seriam apenas corpos, nem mesmo assim eles poderiam ser classificados como particulares, mesmo que também não possam ser classificados como universais. Assim, particulares e universais poderiam ser conhecidos por familiaridade e, do ponto de vista de Russell, os indivíduos só poderiam ser conhecidos por meio de descrição. Para esse ponto de vista, o conhecimento que teríamos, por exemplo, sobre Jesus, seria exclusivamente um conhecimento por descrição. Tudo o que saberíamos sobre Jesus alcançaríamos por meio de descrições tais como “o filho de Maria”, “O Nazareno”, “o mestre de Pedro”, “O Filho de Deus”, etc. Vale salientar, entretanto, que isso não aconteceria apenas porque não somos contemporâneos de Jesus. Na verdade, mesmo os amigos de Jesus só teriam a respeito dele um conhecimento por descrição (cf. RUSSELL, 1910-11, p. 114).

Avancemos no conjunto de distinções que pretendemos fazer aqui. A distinção entre nome logicamente próprio e nome próprio ordinário tem uma estreita

ligação com a distinção apresentada anteriormente. Um nome dito logicamente próprio é um nome usado para referir um particular, já um nome dito próprio ordinário é um nome usado para referir um pseudoparticular. Assim sendo, o nome “Jesus” é um nome próprio ordinário, haja vista que ele é usado para referir o pseudoparticular Jesus. Russell, em muitos momentos, chega a declarar que os nomes próprios ordinários não são de fato nomes próprios. Para ele, um nome próprio genuíno deve ser o nome de um particular. A pergunta a ser feita aqui seria: que tipo de nome poderia cumprir a função de referir os particulares russellianos? A resposta é dada pelo próprio Russell que sugere que os demonstrativos seriam aptos a desempenhar esse papel. Termos como “isto”, “aquilo”, etc., constituiriam os nomes logicamente próprios de Russell (cf. RUSSELL, 1985, p. 72 e 1910-11, p. 121).

Atentemo-nos para o fato de que nomes logicamente próprios são desprovidos de conteúdo descritivo. Isso decorre do fato de que nomes logicamente próprios são aplicados a particulares e que nosso conhecimento dos particulares não é derivado de descrições. O descritivismo russelliano, portanto, aparece quando ele trata dos nomes próprios ordinários. A questão basilar é que, quando usamos esse tipo de nome, usamos um nome para referir algo que só pode ser conhecido por meio de uma descrição. Portanto, como esse conhecimento é dado por meio de descrições definidas, o nome que usamos estará, essencialmente, ligado ao conteúdo descritivo dessas descrições. É nesse sentido que devemos entender a seguinte afirmação de Russell: “Os nomes que comumente usamos, como ‘Sócrates’, são realmente abreviações para as descrições [...] não estamos familiarizados com Sócrates, e portanto não podemos nomeá-lo. Quando usamos a palavra ‘Sócrates’ estamos na verdade usando uma descrição” (RUSSELL, 1985, p. 71-2).

Em seus escritos, Russell apresenta dois tipos de argumentos para justificar a tese supracitada: um seria o “argumento epistemológico” e o outro o “argumento lógico”. Investiguemo-los, brevemente.

O argumento epistemológico seria aquele que buscaria esclarecer a relação entre os nomes próprios ordinários e o conhecimento por descrição. Um dos principais pontos esclarecidos por Russell a esse respeito é que esse conhecimento é subjetivo, portanto, ele é algo que cada indivíduo traz em sua própria mente. Por exemplo, o ‘meu conhecimento’ acerca de ‘Jesus’ é constituído pelas minhas

crenças pessoais sobre 'Jesus' e é derivado das coisas que li sobre 'Jesus', das coisas que me disseram sobre ele e das coisas que vi nos filmes bíblicos. O que acontece é que, para Russell, quando eu afirmo algo sobre Jesus, há, na minha mente, um juízo que corresponde à minha afirmação. Assim, como o único conhecimento que tenho sobre 'Jesus' é um conhecimento por descrição, há uma parte desse juízo que consiste numa descrição de Jesus. De acordo com Russell, dessa forma, de modo geral, sempre que usamos um nome próprio ordinário temos em mente um determinado conteúdo descritivo. Esse conteúdo descritivo é o mesmo de uma descrição definida. Russell ilustra esse ponto falando de Bismarck e afirmando:

Quando nós, que não conhecemos Bismarck, fazemos um juízo sobre ele, a descrição em nossas mentes provavelmente será alguma massa mais ou menos vaga de conhecimento histórico – muito mais do que, na maioria dos casos, seria requerido para identificá-lo. Mas, a título de ilustração, vamos assumir que nós pensamos nele como “o primeiro chanceler do Império Alemão” (RUSSELL, 1910-11, p. 115).

Assim, tudo o que sabemos sobre um pseudoparticular entra em nossa mente por meio de descrições definidas. Quando usamos um nome próprio ordinário 'n' para esse pseudoparticular, esse conteúdo descritivo é associado a esse 'n'. É dessa forma que todo nome próprio ordinário se torna uma descrição disfarçada. Segundo Russell:

Palavras comuns, mesmo nomes próprios, são de fato usualmente descrições. Quer dizer, em geral, o pensamento na mente de uma pessoa que usa um nome próprio corretamente só pode ser expresso explicitamente se nós substituimos o nome próprio por uma descrição. Além disso, a descrição necessária para expressar o pensamento variará para pessoas diferentes, ou para a mesma pessoa em tempos diferentes (RUSSELL, 1910-11, p. 114).

Esses são os elementos que o argumento epistemológico estabelece. É importante notar a diferenciação desse argumento frente à questão de como os nomes próprios referem. No seu modelo de descritivismo, Russell não pretende resolver essa questão. Como é declarado no 1º § de *Knowledge by Acquaintance and Knowledge by Description*, o que Russell quer é esclarecer “o que nós sabemos

nos casos onde o sujeito [de um enunciado] é meramente descrito” (RUSSELL, 1910-11, p. 108). Essa é uma questão epistemológica, não uma questão propriamente semântica.

Já o argumento lógico, por sua vez, tem a ver com o problema dos existenciais negativos. O problema poderia assumir a seguinte formulação: tome um enunciado qualquer que nega a existência de certo personagem, por exemplo, o enunciado “João não existiu”. Russell observou que se João fosse mesmo um nome, ele deveria estar nomeando alguma coisa, algo. Mas, se a sentença for verdadeira, então o nome “João” estaria nomeando algo que não existe. Acontece, portanto, que não é possível que exista algo que não existe, ou seja, dessa formulação temos a conclusão de que “João” não funciona aqui como um genuíno nome próprio. Mas, se ele não é um nome, o que “João” é na verdade? Para Russell, “João” nada mais seria do que uma ‘descrição truncada’. Para entendermos melhor o que quis dizer com isso, ou seja, o que devemos entender quando dizemos que ‘João não existiu’, usamo-lo:

Podemos tomar, por exemplo, todas as coisas que Lívio deve dizer acerca de Rômulo, todas as propriedades que ele lhe atribuiu, incluindo-se provavelmente a única propriedade que muitos de nós lembramos, a saber, o fato de que ele se chamava “Rômulo”. Podemos colocar tudo isso junto, e construir uma função proposicional dizendo “x tem tais e quais propriedades”, sendo as propriedades aquelas que encontramos em Lívio. Temos aí uma função proposicional, e quando dizemos que Rômulo não existiu estamos dizendo simplesmente que aquela função proposicional nunca é verdadeira [...] (RUSSELL, 1985, p. 105).

Temos que frisar aqui que essa análise não cabe apenas nos casos de nomes de personagens lendários ou de existência duvidosa. Se, por exemplo, dissermos que “Castro Alves existiu” e tomarmos “Castro Alves” como um nome genuíno, então estaremos enunciando um truísmo – se “Castro Alves” é um nome no sentido russelliano literal, é óbvio que sua denotação tem de existir. Como podemos fazer a mesma análise para todos os enunciados de existência, a consequência do argumento é a de que se nesses enunciados os nomes fossem nomes genuínos, a maior parte da História seria constituída de tautologias.

Como na última citação de Russell ele toma “Rômulo” como tendo o conteúdo descritivo de uma conjunção de descrições definidas, a sua ideia basilar seria a de que se essa conjunção não pode ser satisfeita, então Rômulo não existiu. Isso pode

ser questionado. Para que um ser exista, ele não precisa ter todas as propriedades que alguém diz que ele tem. Ele pode simplesmente cumprir uma parte ou fração delas e existir. É nesse sentido que entendemos que a análise apresentada por Searle parece mais fácil de se aderir.

Embora Searle trate dos nomes próprios em vários lugares de sua obra, as suas ideias fundamentais que adotaremos nessa dissertação, sobre esse tema em tela, são aquelas apresentadas no seu artigo *Proper Names*, de 1958. O artigo tem como objetivo responder a questão de se nomes próprios têm sentido ou não, e para, caso a resposta seja afirmativa, “mostrar em que sentido um nome próprio tem um sentido” (SEARLE, 1958, p. 167).

Searle começa sua investigação no artigo concordando que nomes próprios são usados para referir e não para descrever. Isso leva à uma indagação: se nomes próprios não descrevem suas denotações, como eles se ligam a elas? Dito de outra forma: como seríamos capazes de referir algo usando o seu nome? Searle acredita que tal questão pode ser respondida se pudermos explicar o que acontece quando ensinamos alguém a usar um determinado nome. Na opinião de Searle, o que aconteceria seria o seguinte:

Nós identificamos o objeto, e, assumindo que nosso aluno compreende as convenções gerais que governam os nomes próprios, nós explicamos que esta palavra é o nome daquele objeto. Mas a menos que nosso aluno já conheça um outro nome próprio do objeto nós somente podemos identificar o objeto (o preâmbulo necessário para ensinar o nome) por ostensão ou descrição; e, em ambos os casos, nós identificamos o objeto através de certas de suas características (SEARLE, 1958, p. 168).

Para Searle, de acordo com essa visão, a partir do momento em que o nome é aprendido ele fica associado às características do objeto e pode ser associado a outras à medida em que ele for usado. É justamente essa associação entre o nome e essas características do objeto que nos permitem referir o objeto usando o nome, ou seja, conhecer essa associação seria conhecer as regras de uso do nome. No desenrolar de sua investigação, Searle considera, porém, que uma objeção poderia ser feita. O que se pode alegar seria que as características do objeto que são usadas para ensinar o nome não fazem parte das regras de uso desse nome, elas seriam apenas um recurso pedagógico. Para ele, o nome, a rigor, não tem nenhum conteúdo descritivo; ele não descreve o objeto, ele simplesmente o denota. Por

exemplo, o nome “Jesus” denota Jesus, mas não tem em si nenhum conteúdo descritivo que envolva alguma característica de Jesus. Seria mesmo possível que Jesus não tivesse nascido em uma mangedoura e, mesmo assim, o nome “Jesus” ainda denotaria Jesus. Dessa maneira, se alguém afirmasse que Jesus não existe, essa pessoa estaria simplesmente afirmando que “Jesus” não denota.

Searle não acha que essa alegação seja efetivamente convincente. Para ele, dizer que Jesus não existe não é o mesmo que dizer que “Jesus” não denota. Seria possível que em João Pessoa, em 2000, vivesse um homem chamado “Jesus”, mas, mesmo que houvesse esse homem, não seria correto concluir que o enunciado “Jesus existiu” fosse verdadeiro. Em sua visão não basta que “Jesus” denote para que o enunciado seja verdadeiro, é preciso que “Jesus” denote o Jesus do qual o enunciado fala, ou seja, para Searle, é preciso que o nome denote um Jesus com certas características. Para que o nome “Jesus” denote esse Jesus, o nome deve estar associado àquelas características. Em vista dessa composição, fica patente a importância das características associadas ao nome para o desempenho da função referencial do nome.

Uma interpretação errônea sobre a teoria de nomes próprios atribuída a Searle é a que ele lhe atribui a tese de que um nome próprio tem o mesmo sentido que uma descrição expressando várias propriedades conectadas disjuntivamente. Tendo em vista essa concepção interpretativa de Searle, o sentido de “Jesus” seria o sentido de uma descrição do tipo “o homem morreu e ressuscitou ou foi o filho de Maria ou foi o Filho de Deus ou etc”. Searle, em sua obra intitulada *Proper Names* não respalda essa interpretação em nenhum momento de sua exposição. O que nos apresenta, em certo momento, é que os usuários do nome “Jesus” pressuporiam que certos enunciados sobre Jesus seriam verdades estabelecidas. Assim, quando alguém usaria o nome “Jesus”, o conteúdo descritivo que o usuário associaria ao nome estaria ligado a esses enunciados. Isso não significaria que o conteúdo seria o mesmo de uma descrição que expressaria uma disjunção de propriedades. Na verdade, o que ele prefigura é que esse conteúdo poderia até mesmo ter uma estrutura conjuntiva. Tudo o que se exigiria seria que as propriedades que entram nessa conjunção deveriam fazer parte daquelas propriedades que seriam expressas pelos enunciados sobre Jesus que comumente são tidos como verdadeiros.

A passagem que muitas vezes é citada como justificativa para a interpretação acima mencionada seria a seguinte: “[...] é um fato necessário que Aristóteles tenha

a soma lógica, a disjunção inclusiva, das propriedades comumente atribuídas a ele: qualquer indivíduo que não tivesse pelo menos uma dessas propriedades não podia ser Aristóteles.” (SEARLE, 1958, p. 172). O que percebemos aqui, de forma clara, é que Searle não está dizendo qual o sentido do nome “Aristóteles”. O que ele está dizendo é que a verdade de um enunciado do tipo “n existe” dependeria da verdade de pelo menos um enunciado comumente aceito sobre esse n. Dito de outra forma, o que Searle faz na passagem acima aludida é tratar das condições de existência de Aristóteles. Não podemos negar que essa passagem diz algo sobre o modo como os nomes próprios denotam o objeto nomeado. A ideia passada por ele é a de que para que os nomes denotem um objeto é preciso que eles estejam associados a alguma característica desse tal objeto. Portanto, Searle acentua, dessa forma, que o fato de “Aristóteles” denotar não é algo suficiente para garantir a existência de Aristóteles. Para isso, para que a existência dele seja garantida, é preciso que “Aristóteles” denote alguém que tenha pelo menos uma das características conhecidas de Aristóteles. Searle enfatiza isso no artigo quando dá o exemplo do ‘Aristóteles de Hoboken’.

Finalmente, entendemos que é preciso responder à questão central proposta no artigo: nomes próprios têm sentido ou não? Searle retoma essa questão ao final desse trabalho e lhe dá uma resposta condicional. A resposta dada é a seguinte: “Se se pergunta se nomes próprios são usados para descrever ou especificar características de objetos, a resposta é ‘não’. Mas se se pergunta se nomes próprios são logicamente conectados com características do objeto que eles referem, a resposta é ‘sim’, de um modo frouxo.” (SEARLE, 1958, p. 173).

Em suma, aquilo que entendemos como sendo o descritivismo de Searle consiste em dizer que, de certo sentido, os nomes próprios têm um sentido. Esse sentido aludido tem a ver com as características dos objetos denotados, mas não seria algo bem determinado como o seria um sentido fregeano. Entretanto, essa nova formulação não esclarece muito como seria a relação entre um nome e seu conteúdo descritivo, mas ela daria um vislumbre de intuições muito preciosas. Uma dessas intuições seria a de que para se explicar satisfatoriamente o funcionamento dos nomes próprios é preciso escapar de uma abordagem baseada na rigidez dos esquemas ‘sentido-referência’ ou mesmo da relação ‘conotação-denotação’ (cf. SEARLE, 1958, p. 173).

Uma vez definido o que entendemos por descritivismo, agora necessitamos avançar em nossa pesquisa. Doravante iremos investigar a segunda corrente por nós aludida no início do capítulo, as teorias da causalidade.

3.2 CAUSALIDADE

Inicialmente cabe salientar que as teorias da causalidade se inserem abaixo de uma noção de causalismo. Nesse sentido temos de delimitar o que iremos assumir aqui com a noção de causalismo. Causalismo, na presente pesquisa, deve ser entendido como uma posição filosófica que é caracterizada pela tese de que um nome próprio se liga ao seu referente por meio de uma cadeia causal de comunicação. Por cadeia causal de comunicação devemos entender uma cadeia cujos elos são indivíduos que usam um nome próprio 'n' com a mesma intenção de referência. Dessa forma, devemos ter em mente que o primeiro indivíduo da cadeia é alguém que estava presente quando 'n' foi instanciado, ou seja, quando 'n' foi usado pela primeira vez para referir um determinado objeto. Tomado isso como o início do processo causal, teríamos que o segundo indivíduo da cadeia que aprendeu o uso de 'n' fê-lo com o primeiro a usar 'n'; dessa forma, podemos assumir que o terceiro a usar 'n' aprendeu com o segundo e assim sucessivamente.

Assumindo a noção de cadeia causal de comunicação apresentada anteriormente, podemos afirmar que o causalismo pretende mostrar que um nome próprio refere um objeto diretamente, ou seja, um nome refere um objeto sem a mediação de um conteúdo descritivo²². Dessa forma, o causalismo é uma posição que se torna contrária ao descritivismo. Os causalistas, portanto, estariam convencidos de que o descritivismo seria incapaz de explicar, corretamente, o comportamento semântico dos nomes próprios e, para tentar achar uma resposta ao problema, propõem uma alternativa que acreditam ser mais adequada para explicá-lo.

Os principais argumentos de cunho antidescritivistas podem ser encontrados na obra *Naming and Necessity*, trabalho que resultou da transcrição de três conferências que Saul Kripke proferiu, em Janeiro de 1970, na Universidade de

²² É esse o sentido que devemos ter em mente quando observamos, na literatura, a associação de teorias causalistas como sinônimas de "teorias da referência direta". Tendo em vista o escopo de nossa investigação, não investigar tal relação e se isso procede ou não. Somente apontamos para esse dado.

Princeton. O que se observa nessa obra é que toda a argumentação apresentada por Kripke é claramente influenciada por suas inovações no campo da semântica da lógica modal. Podemos observar na leitura de tal texto que o próprio Kripke admite que as teses que aparecem em suas três conferências “brotaram do trabalho formal anterior na teoria dos modelos da lógica modal” (KRIPKE, 1980, p. 3). Partindo desse elemento, no decorrer de sua argumentação, Kripke começa a fazer uma análise crítica do descritivismo com o intuito de mostrar que ele fracassa, e o faz duplamente: tanto como teoria do significado, quanto como teoria da referência dos nomes próprios. Assim, só depois de expor todos os possíveis erros do descritivismo, é que Kripke apresenta a sua explicação, de cunho causal, da função referencial dos nomes próprios. Note-se que essa explicação é oferecida como uma resposta às questões em que o descritivismo teria falhado em responder.

O que pretendemos fazer nessa parte de nossa investigação é detalhar os momentos da argumentação de Kripke e, dessa forma, entender o ponto de vista dos causalistas. Passemos, doravante, a essa empresa.

Inicialmente cabe notar que a visão de Kripke será tomada aqui como sendo um paradigma das teorias da referência direta, das teorias da causalidade. Com essa atitude não estamos negando que outros filósofos teriam dado contribuições importantes para a implementação dessa vertente filosófica. Reconhecemos que existem vários autores que, mediante suas contribuições, tornaram a posição causalista mais bem fundamentada. Entendemos que, particularmente, a contribuição de Michael Devitt merece destaque, entretanto, não nos ocuparemos dela nesse trabalho. Outro nome de relevo é o de Keith Donnellan, filósofo que também apresenta uma contribuição fundamental ao causalismo, principalmente no que se refere à elaboração de originais contraexemplos frente ao descritivismo. Notadamente podemos observar que esses autores e suas contribuições aparecem, em grande parte, na obra intitulada *Proper Names and Identifying Descriptions* (1980), mas, devido à brevidade de nossa pesquisa e do escopo aqui determinado, uma investigação maior acerca dos sistemas desses autores não serão incluídos nessa empresa.

Cabe observar aqui que o principal ponto na semântica relacional que influenciou a visão de Kripke a respeito dos nomes próprios seria o fato de que as constantes de uma linguagem formal seriam interpretadas como sendo designadores rígidos, ou seja, se uma constante ‘c’ designa um objeto ‘O’ no mundo

atual, ela designa esse objeto 'O' em todos os mundos possíveis em que 'O' existe. Contrariamente, isso não acontece com os termos funcionais. Um dito termo funcional 'ft' que designa 'O' no mundo atual, pode designar um objeto diferente em outro mundo possível. É com base nesses fatos que Kripke chegou à conclusão de que nomes próprios se comportariam como constantes ao mesmo tempo descrições definidas se comportam como termos funcionais. A consequência desse movimento é a de que nomes próprios não podem ser vistos como sinônimos de descrições definidas. Do ponto de vista de Kripke o resultado dessa consequência equivaleria a dizer que o descritivismo estaria errado. Notadamente o movimento seguinte de sua argumentação é começar a denunciar os erros oriundos do descritivismo.

Primeiramente Kripke observa que as teorias descritivistas poderiam funcionar como sendo teorias do significado ou como sendo teorias da referência. Dessa forma, do ponto de vista de Scott Soames, para Kripke, toda a teoria descritivista que funcionaria como teoria do significado funcionaria, ao mesmo tempo, como teoria da referência, mas o contrário nem sempre acontecia (SOAMES, 2005, p. 14).

Observemos algo relevante aqui. Quando Kripke afirma que uma teoria descritivista pode funcionar como teoria do significado, ele quer afirmar que o conteúdo descritivo que um descritivista veria no nome próprio poderia ser considerado o significado do nome. Assim, se o nome 'n' retira seu conteúdo descritivo de uma descrição definida 'D', então o nome 'n' tem o mesmo significado de 'D'. É nesse contexto que devemos entender a afirmação de Soames frente ao modelo proposto por Kripke, pois, para Soames, quando Kripke postula uma teoria descritivista do significado ela é também uma teoria da referência. Soames justifica essa afirmação dizendo que Kripke assumiria que o significado determina a referência. Tomemos um exemplo. Se "Aristóteles" significa o mesmo que "o discípulo mais famoso de Platão", então a referência de "Aristóteles" seria o homem que tem a propriedade de ser o discípulo mais famoso de Platão.

Kripke, no início de *Naming and Necessity*, admite que a formulação do parágrafo anterior parece, às vezes, ser uma explicação mais natural de como a referência de um nome próprio seria determinada. Para Kripke:

Por exemplo, se eu uso o nome 'Napoleão', e alguém pergunta, 'A quem você está se referindo?', eu responderei algo como 'Napoleão

foi imperador da França na primeira metade do século dezanove; ele foi finalmente derrotado em Waterloo', dando assim uma descrição univocamente identificadora para determinar o referente do nome. Frege e Russell, então, parecem dar uma explicação natural de como a referência é determinada aqui [...]. (KRIPKE, 1980, p. 28)

Outro elemento digno de nota seria o fato de que Kripke também concorda com a ideia de que o descritivismo daria a impressão de explicar, de maneira satisfatória, o que queremos dizer com os enunciados de identidade em que dois nomes diferentes referem a mesma coisa. O que fica latente nessa afirmação é que parece que, naturalmente, nós associamos os nomes com certas descrições. Assim, Kripke postula: o descritivismo é falso, seja enquanto teoria do significado seja enquanto teoria da referência (KRIPKE, 1980, p. 28-29).

Nesse momento torna-se fulcral conhecer os argumentos que Kripke apresenta para demonstrar a falsidade do descritivismo nos dois casos supracitados. Passemos a contextualizar tais argumentos.

Em primeiro lugar observemos que Kripke faz críticas às teorias descritivistas do significado. Os cerne de seus comentários críticos começam a tomar forma a partir do momento em que ele chama a atenção para a existência da diferença entre uma definição usada para dar um significado e uma definição usada para fixar uma referência. Para que possamos efetivamente entender essa diferença utilizaremos alguns exemplos.

De acordo com o exemplo de Kripke, consideremos a seguinte definição: “um metro é a medida de S”, onde ‘S’ é uma certa ‘barra em Paris’. Ao propor essas definições, Kripke propõe a seguinte pergunta: “a barra S mede um metro” é uma verdade necessária? A resposta dada por ele é a de que “não”. Para ele é óbvio que a medida estabelecida para ‘S’ pode variar. Mas digamos que a definição fosse mais específica e se apresentasse da seguinte forma: “um metro é a medida de S no tempo t_0 ”. Com esse alargamento na sentença acima, seria uma verdade necessária que a barra S medisse um metro no tempo t_0 ? Novamente a resposta de Kripke mostra que ainda nesse caso não teríamos uma verdade necessária. Para o autor isso acontece porque a descrição dada “a medida de S no tempo t_0 ” não dá o significado do termo “metro”, essa descrição apenas fixa a referência do termo, e ela faz isso recorrendo a uma propriedade de ‘S’ que poderia ser diferente em outros mundos possíveis. Imaginemos, por exemplo, que em alguns mundos possíveis a barra poderia ser maior que a altura de uma cesta de basquete. Se isso ocorresse o

enunciado “a barra S mede um metro” não poderia ser considerada como uma verdade necessária. Do ponto de vista de Kripke o mesmo acontece com qualquer enunciado derivado de uma definição que fixa a referência de um termo recorrendo a uma propriedade contingente. Para ele, apesar de ser possível dizer que tais enunciados sejam *a priori*, tais enunciados são, efetivamente, contingentes.

De outra forma, as verdades analíticas seriam aquelas definições que seriam usadas para dar o significado de um termo. Na opinião de Kripke elas também seriam verdades necessárias, ou seja, elas seriam verdades em todos os mundos possíveis. Exatamente nesse ponto encontramos o elemento enfatizado por Kripke cujo objetivo é apoiar a sua crítica frente às teorias descritivistas do significado. Para ele tais teorias descritivistas afirmam que um nome próprio ‘n’ seria sinônimo de uma descrição definida ‘D’ ou de uma combinação de descrições definidas ‘D1,..., Dn’, dessa forma, o que fica latente é que uma descrição definida ‘D’ ou mesmo uma combinação de descrições definidas ‘D1,..., Dn’ dariam o significado de ‘n’. Todavia, Kripke argumenta que, se isso fosse verdade, o enunciado “n é D” seria necessário, ou então seria necessário um enunciado semelhante que usasse uma combinação de descrições ‘D1,..., Dn’ para dar o significado de ‘n’. O problema efetivo, como é mostrado por Kripke, é que tal elemento nos leva a consequências que beiram o absurdo.

Tomemos, como linha reflexiva, o exemplo usado por ele em seu artigo. Tomemos, então, o enunciado “Aristóteles é o discípulo mais famoso de Platão”, seria a descrição definida “o discípulo mais famoso de Platão” quem daria o significado do nome “Aristóteles”. Mediante a análise de Kripke, nesse caso, esse enunciado será uma verdade necessária, ou seja, ela deve ocorrer em todos os mundos possíveis onde o nome “Aristóteles” será sempre sinônimo de “o discípulo mais famoso de Platão”. Isso ocorreria pois é como se o enunciado estabelecesse que, em todos os mundos possíveis, ser Aristóteles é efetivamente ser o discípulo mais famoso de Platão. Por consequência, em qualquer mundo possível, se nele existir um homem que é o discípulo mais famoso de Platão, esse homem, seja ele quem for, terá de ser Aristóteles. Entretanto, acontece que podemos imaginar um mundo possível em que, por exemplo, Tales fosse o discípulo mais famoso de Platão. Nesse mundo, de forma estranha, Tales será Aristóteles. De forma contrária, Aristóteles não será Aristóteles, haja vista que, naquele mundo possível, o homem que atualmente chamamos de “Aristóteles” não será o discípulo mais famoso de

Platão. Do ponto de vista de Kripke essas consequências são absurdas e, com base nesse elemento, ele rejeita a tese de que uma descrição definida possa dar o significado de um nome próprio. Mediante construções semelhantes, mas tratandolas de forma rápida, Kripke mostra que o significado de um nome próprio também não pode ser dado por meio de uma combinação de descrições definidas. Ao final do seu processo argumentativo Kripke conclui que essas considerações elencadas demonstram, de forma genérica, a ilegitimidade das teorias descritivistas do significado.

Mesmo observando-se que existem vários matizes em torno das considerações traçadas por Kripke, notamos que elas formam uma espécie de argumento único cuja base argumentativa pode ser expressa mediante a seguinte ideia: se o significado de um nome estiver sendo dado por meio de descrições definidas, a definição que for usada para dar tal significado será uma verdade necessária. Em função de tal fato, e para melhorar nossa reflexão até o final desse capítulo, denominaremos esse conjunto argumentativo, expresso na formulação que fornecemos, de “argumento da necessidade do significado”.

Instanciados esses elementos, o próximo passo dado por Kripke é o de analisar o que seriam as teorias descritivistas enquanto teorias da referência. Para realizar tal feito Kripke cria uma lista de teses de cunho descritivistas que ele julga como sendo as teses mais representativas do descritivismo em geral, não se levando aqui as possíveis idiossincrasias que as variações do descritivismo podem tomar, para, em seguida, criticar essas teses uma a uma. Tendo em vista nosso objetivo nesse capítulo, nos caberá, tão somente, apresentar, de forma resumida, a lista dada por Kripke. Não buscaremos, no presente trabalho, avaliar a pertinência de cada uma dessas considerações kripkeniana. De forma clara a lista a que nos referimos aparece em *Naming and Necessity*, especificamente nas páginas 64 e 65, voltando a serem mencionadas na página 71. Mantendo-nos fiel ao pensamento de Kripke, devemos levar em consideração que A deve ser tomado como um falante que usa o nome ‘x’. esclarecido esse ponto segue-se a lista por ele fornecida:

1. A cada nome ou expressão designadora ‘x’ corresponde um cluster de propriedades j, tais que A crê que ‘jx’;
2. A crê que uma das propriedades j, ou um conjunto delas, identifica um indivíduo univocamente;

3. Se a maioria dos j's (ou os mais relevantes) são satisfeitos por um único objeto y, então y é a referência de 'x'.
 4. Se não existe um tal y, então 'x' não refere.
 5. O enunciado "se x existe, então x tem a maioria dos j's" é conhecido a priori por A.
 6. O enunciado acima expressa uma verdade necessária.
- (C). A explicação sobre como é determinada a referência de 'x' não deve ser circular

Notemos que, da lista apresentada por nosso autor, Kripke diz que somente a primeira tese seria uma tese verdadeira. Para ele, "essa tese é correta, por definição. As teses que seguem, contudo, são todas, eu penso, falsas" (KRIPKE, 1980: 64). Do seu ponto de vista, a primeira tese diria apenas que quem usa um nome 'x' tem certas crenças do tipo "x tem a propriedade j". Nesse sentido nessa expressão não é dito nada nem sobre o significado, nem sobre a referência do nome.

Já a segunda tese, para ele, apresenta a ideia de que o falante que usa o nome 'x' crê que um subconjunto não vazio das propriedades j identifica um único indivíduo. Kripke rebate essa noção afirmando ser possível que alguém acredite que um objeto teria certas propriedades sem que ele necessite acreditar que um subconjunto dessas propriedades identificaria o objeto de forma unívoca. Como exemplo podemos imaginar que alguém pode ter sobre 'Cícero' uma única crença, a crença de que ele foi 'um notável orador romano', mas essa crença não bastaria para identificar 'Cícero', já que o Império Romano teve vários oradores notáveis no decorrer de sua história.

Do mesmo modo, mesmo quando uma propriedade que acreditamos ser possuída pelo objeto é suficiente para identificá-lo, ainda haveria um risco nessa identificação, a saber: o risco de infringirmos (C), que é entendido como sendo a cláusula da não-circularidade. Como exemplo podemos imaginar a crença de que 'Cícero' seria 'o acusador de Catilina'. O problema, entretanto, estaria na forma que teríamos de usar para identificarmos 'Catilina'. Na maioria das vezes a única crença que temos acerca de 'Catilina' seria a de que ele 'é a pessoa acusada por Cícero'. O que podemos observar é que a circularidade existente nesse argumento impossibilita a identificação tanto de 'Cícero' como de 'Catilina' (KRIPKE, 1980, p. 80-81).

A terceira tese diz, na perspectiva do autor, que se uma parte significativa das propriedades j identifica um único objeto 'x', então 'x' é o referente do nome associado a essas propriedades. Kripke exemplifica com o objetivo de mostrar que um objeto pode satisfazer tanto a maioria quanto as mais importantes propriedades j e, mesmo assim, não ser o referente de 'x'. Acompanhem alguns aspectos de sua argumentação. Imaginemos que o nome "Gödel" seja associado apenas à propriedade de ser o homem que provou a tese da incompletude da aritmética. Muito embora estejamos acostumados a pensar que Gödel tenha sido esse homem, todos nós poderíamos estar enganados, pode ser que o verdadeiro descobridor do primeiro teorema da incompletude teria sido Schmidt, a figura de Gödel, assim, poderia simplesmente ter sido a de um impostor que teria roubado o trabalho de Schmidt e ficado conhecido, indevidamente, como sendo o homem que teria provado a incompletude da aritmética. Conforme salienta Kripke, nessa situação, o objeto que efetivamente satisfaz a maioria ou as mais relevantes das propriedades j não serão o referente de "Gödel", o verdadeiro referente de "Gödel" será o impostor. Uma pergunta surge nesse contexto: por que Kripke afirmaria tão categoricamente que Schmidt não é o referente de "Gödel"? Porque, na concepção kripkeana sobre nomes, quem efetivamente começa a usar o nome "Gödel" seriam os pais do impostor, e é a ele que eles querem se referir com esse nome. Ou, talvez, quem começou a usar o nome teriam sido pessoas que conheceram o impostor pessoalmente em sua infância ou juventude. Essas pessoas, nesses dois contextos, teriam batizado o impostor de "Gödel", e isso lhe dá o direito de ser considerado o verdadeiro referente do nome (KRIPKE, 1980, p. 83-844).

Para aqueles que acham que o exemplo de Gödel seria artificial, Kripke menciona outro, o caso de Peano. Muitas pessoas conhecem Peano apenas como o homem que axiomatizou a aritmética. Essas pessoas pensarão que "o homem que axiomatizou a aritmética" refere o mesmo que "Peano". Acontece, todavia, que quem axiomatizou a aritmética foi Dedekind. Deste modo, a descrição "o homem que axiomatizou a aritmética" designa Dedekind, não Peano, enquanto que o nome "Peano" designa simplesmente Peano. Portanto, fica claro que a descrição não determinaria a referência do nome.

Para Kripke, na tentativa de salvar sua teoria, o descritivista poderia argumentar, contra o exemplo dado acima, que a referência de "Peano" não é dada pela descrição "o homem que axiomatizou a aritmética", e sim pela descrição "o

homem do qual a maioria das pessoas pensa que axiomatizou a aritmética”. O problema dessa revisão do argumento, segundo Kripke, é que o descritivista poderia estar enganado sobre o que a maioria das pessoas pensaria. Pode ser que o descritivista acredite que as pessoas estão pensando em ‘Peano’ quando falam ‘do homem que axiomatizou a aritmética’, mas pode ser que elas estejam pensando realmente em Dedekind. Portanto, a descrição identificará efetivamente Dedekind, embora a intenção do descritivista fosse que ela se referisse a Peano. Assim, o problema que se queria evitar reaparece novamente. Para Kripke a descrição associada ao nome ‘n’, não identifica o verdadeiro referente de ‘n’.

Kripke, em *Speaker’s Reference and Semantic Reference*, faz observações de cunho semelhante. Ele analisa o argumento que postula que a referência de “Gödel” poderia ser determinada por uma descrição do tipo “o homem que provou a incompletude da aritmética” se essa descrição fosse usada referencialmente. Os proponentes desse argumento lembram que se a descrição é usada referencialmente, ela poderia referir Gödel mesmo se ele não fosse o homem que teria provado a incompletude da aritmética. Destarte, de forma geral, o descritivista pode alegar que quando um nome é associado a uma descrição ‘D’, ele identifica o mesmo objeto que ‘D’ identifica quando usada de forma referencial. Tentando mapear esse possível estratagema do descritivista, Kripke afirma o seguinte:

De forma similar, alguém pode usar “o homem que provou a incompletude da aritmética” como uma descrição definida referencial, para referir Gödel; ela pode ser usada assim, por exemplo, por alguém que esqueceu seu nome. Contudo, se a fraude hipotética fosse descoberta, ela não poderia mais ser usada como um dispositivo para referir Gödel; doravante ela só poderia ser usada para referir Schmidt (KRIPKE, 1998, p. 233).

Portanto, Kripke conclui, em sua linha argumentativa, que a descrição usada referencialmente não fixa a referência de “Gödel”, já que as pessoas não a usariam para referir Gödel se descobrissem que ela não o descreve corretamente.

Em seu experimento contra argumentativo, Kripke continua. Imaginando que, mesmo depois de estabelecidas todas essas críticas, o descritivista ainda tentasse defender a terceira tese, restaria, por fim, uma última objeção kripkeniana que ele teria que enfrentar para obter sucesso em sua posição. Do ponto de vista de Kripke, quando um falante ‘A’ diz com sinceridade: “Gödel provou a incompletude da

aritmética”, não se pode inferir, só com base nesse elemento, que ‘A’ crê que Gödel provou realmente a incompletude da aritmética. No que se refere ao seu *modus operandi*, Kripke diz que algo mais seria requerido. Em suas palavras ele: “Nós temos de estar nos referindo a Gödel quando dizemos ‘Gödel provou a incompletude da aritmética’. De fato, se nós estivéssemos nos referindo a Schmidt, nós estaríamos atribuindo a incompletude da aritmética a Schmidt e não a Gödel” (KRIPKE, 1980, p. 89).

Efetivamente, dito com outras palavras, o que Kripke está afirmando é que antes de expressar uma crença sobre ‘Gödel’, utilizando um enunciado do tipo “Gödel é o tal que fez isso e aquilo”, é preciso que o nome “Gödel” refira Gödel. Se o nome referisse, como no contraexemplo dado acima, Schmidt, o enunciado proposto estaria expressando uma crença sobre Schmidt e não uma crença sobre Gödel. Portanto, tentar usar uma crença sobre ‘Gödel’ para fixar a referência do nome “Gödel”, seria infringir a cláusula da não-circularidade. Todavia, se para crermos que ‘Gödel’ teria provado o teorema da incompletude da aritmética precisaríamos antes fazer a referência a Gödel, não poderíamos usar uma descrição que expressasse essa mesma crença para determinar a referência de “Gödel”, já que isso, como vimos, tornaria a definição circular. Portanto, mais uma vez, segundo Kripke, as pretensões do descritivista seriam anuladas.

Dando continuidade em nossa lista estabelecida por Kripke, vejamos a quarta tese. Em sua argumentação Kripke dá o exemplo do profeta ‘Jonas’ (KRIPKE, 1980, p. 87). Ele assevera que muitos estudiosos da Bíblia acreditam que o profeta Jonas existiu, mas isso não significaria que eles acreditam, realmente, que alguém, algum dia, tenha sido efetivamente engolido por um grande peixe e, depois de sair de dentro do animal, tenha ido pregar na cidade de Nínive. Posto dessa forma, ‘Jonas’ seria um contraexemplo para a quarta tese. Em sua linha argumentativa Kripke diz ser possível que o nome “Jonas” refira, mesmo que ‘Jonas’ não satisfaça ‘a maioria ou as mais relevantes das propriedades j’. Em uma parte distinta da usada para o contraexemplo da quarta tese, em *Naming and Necessity*, o mesmo será dito de Moisés e as mesmas objeções serão levantadas. Kripke, a respeito de Moisés, assevera: “A estória bíblica pode ter sido uma lenda, ou pode ter sido um relato substancialmente falso de uma pessoa real” (KRIPKE, 1980, p. 66).

A quinta tese é assumida por Kripke como sendo uma afirmação de que a terceira e a quarta teses seriam conhecidas *a priori* (cf. KRIPKE, 1980, p. 87).

Podemos observar que a crítica de Kripke nesse ponto se limita à observação de que isso não é verdade. Segundo o autor, mesmo quando a terceira e quarta teses sucedem em ser verdadeiras, elas somente seriam conhecidas *a posteriori*. Efetivamente o que Kripke sustenta nessa argumentação é que essas teses não poderiam ser tomadas como se a conjunção entre elas se constituísse na definição de referente de 'x'.

Por fim, vejamos a argumentação da sexta tese. Kripke, ao negar a sexta tese, estará negando que seja necessário que o referente de 'x' tenha 'a maioria ou as mais relevantes das propriedades comumente associadas a 'x''. O foco do ataque kripkeniano desenvolvido nessa argumentação é declaradamente dirigido a Searle. Efetivamente Kripke atribui a Searle a tese de que seria necessário que Aristóteles tivesse a soma lógica de suas propriedades comumente atribuídas a ele. Kripke rejeita, peremptoriamente, essa tese com base na seguinte formulação argumentativa: se a maioria das propriedades que são comumente atribuídas a Aristóteles se constituem de propriedades contingentes, então a soma lógica delas também seria contingente. Apresentando essa argumentação aos moldes das categorias expostas na sexta tese: se for dada qualquer uma das propriedades *j* de Aristóteles, e seja possível que ele não a tenha, então também não lhe será necessário ter a soma lógica dessas propriedades (KRIPKE, 1980, p. 61- 63).

Ao apresentar essas críticas às teses examinadas acima, Kripke julga que tais críticas seriam suficientes para refutar o descritivismo. Entretanto, sem o descritivismo, restaria explicar como, de fato, se determinaria a referência dos nomes próprios. Aqui é introduzida a explicação segundo a qual a referência dos nomes seria determinada por uma 'cadeia causal de comunicação'. A esse respeito Kripke diz que um falante *A* só consegue referir um indivíduo *x* porque existe uma cadeia causal de comunicação que começa em *x* e alcança *A*. Assim, o papel da comunidade que passa o nome 'x' de indivíduo para indivíduo é imprescindível na determinação da referência de 'x'. Com isso Kripke quer ressaltar um aspecto importante que podemos observar em suas palavras: "Em geral, nossa referência não depende simplesmente do que nós pensamos, depende também de outras pessoas na comunidade, da história de como o nome alcançou alguém, e coisas desse tipo." (KRIPKE, 1980, p. 95).

Nesse contexto temos que 'A' pode referir 'x', mesmo que 'A' não seja capaz de identificá-lo. Kripke exemplifica esse ponto específico dizendo que seria possível

que a única coisa que alguém saberia sobre ‘Richard Feinman’ é que ele teria sido um físico. Mesmo assim, quando essa pessoa usasse o nome “Feinman” num enunciado do tipo “Feinman foi um físico famoso”, ela estaria se referindo a ‘Richard Feinman’. Aqui, o ponto específico da cadeia causal de comunicação em que se inicia o uso do nome seria o batismo inicial. A esse respeito nos assevera Kripke:

Um ‘batismo’ inicial toma lugar. Aqui o objeto pode ser nomeado por ostensão, ou a referência do nome pode ser fixada por uma descrição. Quando o nome é ‘passado de elo a elo’, o recebedor do nome deve, eu penso, quando ele o aprende, pretender usá-lo com a mesma referência do homem de quem ele o ouviu. (KRIPKE, 1980, p. 96).

No complemento de *Naming and Necessity*, se encontra, ainda, uma alusão à situações em que a cadeia de comunicação seria desviada. Kripke considera um contraexemplo proposto por Gareth Evans a respeito do nome “Madagascar”. No contexto, esse era originalmente o nome de uma parte da África continental. Entretanto, Marco Pólo, não entendendo corretamente o uso nativo do termo, atribuiu o nome a uma ilha. Obviamente que isso poderia ter acontecido em vários contextos, mesmo em um em que “Madagascar” fosse, originalmente, o nome de uma terra mítica. De todo modo, uma vez que tenha sofrido um desvio, a cadeia causal não teria sua origem na referência atual do nome. A explicação desenvolvida por Kripke para essa ‘anomalia na cadeia causal’ foi expressa da seguinte forma: “no caso de ‘Madagascar’, este caráter social dita que a presente intenção de referir uma ilha se sobrepõe ao distante liame do uso nativo” (KRIPKE, 1980, p. 163). Entretanto, Kripke confessa que a questão exigiria um esclarecimento posterior.

Outro caso que se enquadraria como sendo o de uma exceção seria o caso em que a fixação da referência de um nome próprio seria feita com base em descrições, em vez de ser feita através de uma cadeia causal de comunicação. Para Kripke, isso é o que aconteceu no caso do nome “Netuno” e do nome “Jack, o estripador”, admitindo-se, aqui, que essa expressão seja um nome. Na análise do caso de Netuno, primeiro foram dadas as condições de identificação do planeta e, posteriormente, o nome foi efetivamente identificado com base nessas condições. Na análise do caso de “Jack, o estripador”, ele prefigura que um nome teria sido associado a certas descrições de um criminoso de identidade desconhecida.

Embora esse criminoso nunca tenha sido identificado, as condições de sua identificação estavam dadas de antemão.

Cabe-nos, ainda, analisar alguns elementos. Primeiramente devemos nos atentar para alguns aspectos nos quais a chamada ‘explicação causalista de Kripke’ se distinguiria da chamada ‘explicação descritivista’. Primeiramente cabe salientar que a posição de Kripke não é uma teoria da identificação da referência, para ele, sua concepção não é uma teoria, e ponto. Observe-se que as teorias descritivistas, em geral, exigem que um nome próprio esteja associado a certas propriedades consideradas identificadoras do referente do nome, mas a explicação dada por Kripke em suas reflexões não faz nenhuma referência a essa exigência dos descritivistas. A formulação de Kripke é uma explicação de como um nome poderia ser usado de forma referencial, mesmo quando o usuário não fosse capaz de identificar o referente desse nome.

Dando continuidade, em segundo lugar, e esse seria um ponto muito destacado por Kripke em todos os momentos, a explicação causal levaria em conta o papel da comunidade na determinação do referente do nome, o que, em sua opinião, e expresso mais de uma vez, seria algo negligenciado pelos descritivistas. Assim, a ideia básica exposta por Kripke é a de que no quadro explicativo por ele pintado, um nome deveria sua capacidade referencial a um empreendimento coletivo, a saber, à história de sua origem, ao seu aprendizado e ao seu ensino. Em contrapartida, se usarmos a mesma metáfora acima, em um quadro pintado por um descritivista, um ato individual e solitário seria bastante e suficiente para dotar o nome de um poder referencial. Existe uma pequena passagem de *Naming and Necessity* em que podemos observar as descrições de Kripke para esse ato. Vejamo-la:

O quadro que leva à teoria do cluster de descrições é algo como isto: alguém está isolado em uma sala; a comunidade inteira dos outros falantes, tudo o mais, podia desaparecer; e alguém determina a referência por si mesmo dizendo – ‘por “Gödel” eu significarei o homem, quem quer que seja ele, que provou a incompletude da aritmética’(KRIPKE, 1980, p. 91).

Segundo a visão de Kripke, mesmo quando o descritivista estiver disposto a conceder a importância da cooperação social para a determinação da referência dos nomes, haveria importantes aspectos em que a sua explicação se distinguiria da

explicação causalista. Isso seria exatamente o que ocorreria com uma proposta feita por Strawson. Strawson, que é um descritivista, e defende uma teoria de nomes em muitos pontos semelhantes à proposta por Searle, admite que o uso referencial que um falante faz de um nome poderia derivar do uso que é feito do nome por outro falante. Com isso Strawson quer dizer que, para determinar o referente de “Gödel”, por exemplo usando o mesmo peso dos exemplos dados por Kripke, um falante A poderia utilizar a descrição “o homem que o falante B chama de ‘Gödel’”. Assim falante B poderia utilizar uma descrição semelhante mencionando o falante C e assim por diante, mas isso seria algo que não poderia ser aplicado até o infinito. Portanto, observamos que Strawson recorre a um certo tipo de cadeia comunicativa para tentar explicar a semântica dos nomes próprios.

Observamos que Kripke, apesar de afirmar que Strawson teve um bom *insight* quando apresentou essa proposta, ele chama a atenção para uma diferença muito importante entre essa explicação descritivista de Strawson e a sua explicação causalista. Kripke adverte que, na explicação de Strawson, é preciso que o falante saiba de quem ele aprendeu o referente do nome para poder mencioná-lo (cf. KRIPKE, 1980, p. 92). Já em explicação, isso não seria necessário. Para Kripke o falante poderia ter esquecido de quem aprendeu o referente, ou poderia mesmo se enganar sobre quem foi essa pessoa. Entretanto, mesmo nesses dois casos, quando usasse o nome, o falante o faria de forma correta. Esse é seria um retrato, breve, do causalismo kripkeniano exposto em *Naming and Necessity*. É sabido que posteriormente as suas teses causalistas foram revisadas e melhoradas, mas, devido à brevidade de nosso trabalho, não examinaremos essas revisões.

Postos esses elementos relativos à visão dos causalistas, cabe-nos investigar, de momento, a última seção desse capítulo, a saber, o levantamento de algumas questões que consideramos pertinentes frente a tudo o que instanciamos até agora.

Ocupemos-nos, doravante, dessa tarefa.

3.3 ALGUMAS QUESTÕES

Nessa seção de nosso capítulo pretendemos trazer à baila alguns elementos que chamaram a nossa atenção ao longo de nossa pesquisa com o intuito de efetivar essa dissertação. Alguns elementos, embora fossem pertinentes às

discussões relativas à disputa entre causalistas e descritivistas, não se enquadravam efetivamente na descrição de um ou de outro sistema. Portanto, o que pretendemos, aqui, trazer à baila esses elementos mediante algumas observações que nos parecem pertinentes frente a tudo o que discutimos nesse capítulo até o momento.

A primeira observação que pretendemos levantar é que a maior parte das críticas de Kripke dirigidas ao descritivismo efetivamente posicionam-se contra as teorias descritivistas da referência. Se observarmos com cuidado, contra as teses descritivistas, aquelas que dizem respeito ao significado dos nomes próprios, Kripke apresenta basicamente um único argumento, a saber, o argumento da necessidade do significado. Portanto, se for possível posicionar-se contra esse argumento, o caminho possível para uma teoria descritivista do significado, que não seja, ao mesmo tempo, uma teoria da referência, estaria totalmente livre. Isso não é tratado por Kripke.

A segunda observação que pretendemos levantar seria a de que as teorias causalistas seriam teorias externalistas por natureza. Uma ideia fundamental desenvolvida pelos os causalistas é a de que uma determinação da referência e um nome próprio dependeriam, apenas, de fatores externos. Deste modo, qualquer explicação de como seria essa determinação deveria descrever, somente, esses fatores. Já os descritivistas, em contrapartida, costumam posicionar-se de forma mais aberta para ideias internalistas. De fato, quando autores como Russell e Searle estabelecem teses sobre o significado dos nomes próprios, ou pelo menos sobre o seu valor cognitivo, suas teses têm características internalistas inequívocas. Em um de seus escritos Russell afirma, abertamente, que “o pensamento na mente de uma pessoa que usa um nome próprio corretamente só pode ser expresso explicitamente se nós substituirmos o nome próprio por uma descrição” (RUSSELL, 1910-11, p. 114). Já Searle, por sua vez, assume, de forma clara, que o sentido que vai se ligar a um nome próprio dependeria de certas pressuposições do usuário do nome, elemento de cunho claramente internalista.

Ao que nos parece, a razão dessa diferença basilar entre os causalistas e os descritivistas tem a ver com as suas posturas frente ao millianismo. Em sua visão, causalistas, pelo menos aqueles que negam que nomes próprios tenham conteúdo descritivo, só se preocupariam com a relação entre o nome e o seu referente. Entendemos que seja natural que tais pensadores tratem essa relação como

independente dos fenômenos mentais que possam ocorrer nos falantes. Os adeptos desse ponto de vista consideram que não precisam mencionar esses fenômenos para explicar como se dá a relação possível entre o nome e o seu referente. Contrariamente, os adeptos das teorias descritivistas seriam, por definição, antimillianistas. Os descritivistas, dessa forma, precisariam justificar a sua afirmação de que os nomes próprios teriam um conteúdo descritivo. Um modo bastante usual de fazer tal justificação dar-se-ia na forma de mostrar que o conteúdo descritivo de um nome 'n' seria algo que os falantes associam a 'n'. Mas a pergunta que perdura é: como os falantes fazem isso? Observamos que várias menções a fatores ditos internos, ou de cunho psicológicos, tendem a ser levantados quando os descritivistas tentam responder essa pergunta. Pelo menos aqui parece que a distância entre os dois sistemas não é mais tão distante ou clara.

Por último, segundo o que pudemos observar, é importante ressaltar, também, que a exposição feita neste capítulo, principalmente a estabelecida pelas primeiras seções, que versam sobre as posições filosóficas concernentes aos nomes próprios, tanto as de cunho descritivistas, quanto as de cunho causalistas, sobremaneira, não tiveram a pretensão de serem exaustivas ou mesmo de abarcar todas as idiosincrasias oriundas da discussão entre essas duas teorias. Sabemos que existem posições mais recentes, e temos consciência de que elas não foram abordadas aqui. Entendemos que embora elas sejam merecedoras de atenção e estudo acurado, tendo em vista o escopo de nossa dissertação, nos detivemos, basicamente, nas posições que são vistas como fazendo parte da discussão clássica entre descritivistas e causalistas.

Estabelecidos todos esses elementos, passemos, agora às conclusões de nossa dissertação.

CONCLUSÃO

A Filosofia da Linguagem Contemporânea procura analisar a linguagem e o processo de significação, ou seja, ela busca o entendimento daquilo que está sendo codificado, investigando a linguagem ordinária e o seu uso efetivo nos diversos contextos utilizados cotidianamente pela sociedade. Sabemos que a relação entre a linguagem e o mundo não pode ser explicada logicamente. Levando-se em consideração que o mundo é linguagem, tal linguagem esta imbricada em todas as relações humanas, e sem tais aspectos não existiria sociedade.

O que a filosofia da linguagem contemporânea busca esclarecer é justamente a imbricada relação entre, mundo, pensamento e linguagem. É a linguagem que abre o mundo, simplesmente porque não há como nos comunicarmos se não a tivermos, e, assim, não poderíamos representar o que pensamos, sentimos, desejamos, se não o for através dela.

Uma das maiores provocações que tivemos para desenvolver esse trabalho foi a seguinte afirmação de Brito na contracapa de seu livro:

O problema da relação entre os nomes e os objetos é tão antigo quanto a própria filosofia. Platão já se preocupava com a questão. A relação entre esses dois elementos seria fruto de meras convenções ou existiria um vínculo imediato entre as palavras e as coisas? A motivação central deste livro é compreender a relação entre a linguagem e o mundo, analisada sob um ponto de vista que contempla tanto o trânsito do nome aos objetos quanto o dos objetos aos nomes, explorando as imbricações entre a semântica e a ontologia. (BRITO, 2003, contracapa)

A constatação inicial da qual partimos para a realização do presente trabalho é a de que somente podemos nos sociabilizar através de uma língua particular, um idioma específico utilizado por cada grupo social mediante acordos pré-estabelecidos entre os membros participantes de tal conjunto. Para Brito²³, no que diz respeito à noção de Filosofia da Linguagem:

²³ Cf. BRITO, Adriano Naves de. **Filosofia da Linguagem**. Disponível em: <http://www.uapi.ufpi.br/filosofia/arquivos/file/Brito%20-%20O%20que%20e%20filosofia%20da%20linguagem.pdf>. Acesso em: 20 de Abril de 2014.

Por certo que a filosofia está inexoravelmente vinculada à linguagem, mas é típico de uma certa corrente em filosofia entender que sua abordagem do mundo se faz, antes de mais nada, mediante uma analítica da linguagem. O tipo de tratamento que uma filosofia com esse traço característico daria à perguntas como as formuladas acima, seria uma investigação a respeito da natureza do próprio enunciado, o que implica responder a questões como: quais as condições para a verificação do valor de verdade do enunciado? Seria ele um enunciado a priori? Como chega esse enunciado a ser significativo? Questões a que outras de ordem ainda mais geral estariam ligadas, como por exemplo: seria ele um enunciado bipolar (falso ou verdadeiro)? Existem enunciados válidos a priori? Qual a natureza do significado? À filosofia com esses contornos e preocupações chamamos de filosofia da linguagem.

A historiografia filosófica contemporânea pode ser, por vezes, pouco decidida com respeito à delimitação da filosofia da linguagem. O grande movimento analítico iniciado no final do século XIX e que vicejou com toda força no início do século seguinte é comumente denominado de filosofia analítica, e a filosofia da linguagem pode parecer um termo mais adequado a apenas uma parte dele, notadamente à filosofia cujos trabalhos estão muito próximos da lingüística, porque tomam como objeto as línguas naturais em seu uso ordinário. Não creio que seja essa uma classificação adequada. Prefiro pensar que com o termo 'analítica' temos uma parte do conceito do tipo de filosofia que estou tentando definir, notadamente o seu método, e com o termo 'linguagem', a outra parte: o objeto ao qual se aplica o método. Por conseguinte, toda a filosofia analítica contemporânea é, fundamentalmente, filosofia da linguagem, porque é uma filosofia analítica da linguagem.

As origens do movimento analítico da linguagem na filosofia remontam ao surpreendente desenvolvimento da lógica em fins do século dezenove, levado a termo sobretudo a partir dos trabalhos de Gottlob Frege. O matemático alemão (1848-1925), cujo principal interesse foi a fundamentação da aritmética, foi levado pelo problema do que eram os números ao caminho que o conduziu da matemática à lógica e desta à analítica da linguagem. Que de tal província da ciência se tenha projetado um movimento com a originalidade, força e dimensão da filosofia da linguagem, é algo que certamente não se pode compreender de imediato. Com a filosofia da linguagem o eixo de abordagem dos problemas filosóficos é alterado. Mais do que isso, mesmo a definição de quais são os problemas da filosofia é revista. Há, portanto, uma mudança metodológica, mas também uma revisão do próprio conteúdo dos problemas. Não obstante esta reviravolta, a tradição filosófica ocidental é revigorada pelos instrumentos analíticos da linguagem e os velhos temas da filosofia são, como tantas vezes em sua história, novamente arejados. Como se chegou a isso? Acredito que se pudermos andar alguns poucos trechos do caminho que percorreu Frege, então distinguiremos as mais marcantes nuances da filosofia analítica da linguagem e começaremos a entender como esta corrente, tendo sido tão influente no século XX, alcança os nossos dias.

As ideias apresentadas por Brito nos dão a certeza de que as relações entre mundo e linguagem são mais complexas do que poderíamos imaginar se olharmos para esse universo com um olhar desavisado. Com certeza a noção oriunda dos nomes próprios toca em várias problemáticas ditas espinhosas para os estudos referentes à relação mundo e linguagem. Várias perguntas poderiam ser pensadas nesse contexto, como por exemplo: existe uma relação entre as palavras e as coisas do mundo?; se isso pode ocorrer tal coisa se dá de que forma?; qual seria a categorias linguística que poderia servir de modelo para que pensássemos a relação entre a língua e o mundo? Todas essas questões já foram amplamente discutidas pela literatura filosófica desde os primórdios da discussão de Platão e Aristóteles até nossos dias. Cada resposta possível a todas essas indagações nos instanciam modelos interpretativos distintos do que seja a linguagem, de qual a sua função e de que forma ela pode ser usada para relacionar o pensamento, o mundo e a linguagem.

Assim, diante de tantas variações linguísticas, percebemos a necessidade de verificar como a filosofia da linguagem pensa os nomes próprios. Esse foi o escopo de nosso trabalho dissertativo. Entretanto, uma empresa desse porte seria um trabalho para uma vida inteira. Para poder estabelecer nosso trabalho dissertativo, haja vista o trabalho hercúleo de percorrer todos os pensadores que disseram algo a respeito desse sistema, fizemos um recorte epistêmico e apontamos alguns sistemas de filósofos que consideramos mais significativos para nossa pesquisa, basicamente aqueles oriundos das teorias do descritivismo e do causalismo. Entrementes, para que possamos entender os aspectos acima listados, foi necessário um breve olhar acerca de qual o envolvimento lógico e matemático, mediante a utilização dos símbolos linguísticos, podem ser apresentados em uma linguagem cotidiana que pretenda dar conta de entender e utilizar os nomes próprios.

Sabemos que a linguagem é um conjunto específico de signos organizados de acordo com os costumes e tradições de um grupo social específico. Ela é o resultado de um acordo específico de cada povo mediante suas normas pré-estabelecidas. Ou seja, a linguagem é um conjunto de convenções necessárias adotadas por um corpo social determinado que visa permitir a comunicação entre os indivíduos inseridos nesse grupo.

Para que nosso trabalho pudesse ser feito o dividimos em três partes. Iniciamos por desvendar o que seria a virada linguística dentro da filosofia e por entender de que forma essa virada se transforma em uma filosofia da linguagem. Entendida a virada linguística, foi necessário entender de que forma essa virada abarcou o campo pragmático e se tornou um movimento que muitos filósofos chamam de 'a virada pragmático-linguística' da filosofia.

Entendidos esses elementos que comporiam a virada linguística da filosofia, em nosso próximo passo buscamos explicitar o que são nomes próprios e quais seriam as discussões e problemáticas, de cunho clássico, que foram suscitadas pelos estudos concernentes aos nomes próprios.

O próximo passo, dado no capítulo seguinte, foi o de entender quais seriam as funções dos nomes próprios na discussão clássica da filosofia da linguagem. Para isso analisamos dois aspectos específicos das funções dos nomes próprios, a saber, a função informacional e a função operacional. Apesar de termos separado tais funções, vale ressaltar que elas são correlatas e codependentes entre si, pois os nomes próprios somente poderão fazer o que fazem quanto essas duas funções estiverem sendo atendidas e realizadas.

Por fim, depois de ver, definir e estruturar os nomes próprios, no terceiro capítulo de nossa dissertação, voltamos nosso olhar para duas teorias que buscam entender os papéis dos nomes próprios mediante estruturas bem distintas entre si. Nesse sentido buscamos demonstrar, em seu lado mais clássico, as posturas do descritivismo e do causalismo.

Durante todo nosso trabalho, o olhar que lançamos para os nomes próprios não foi aleatório. Ao buscar analisar os nomes próprios nos aproximamos, sobremaneira, da visão internalista em filosofia analítica. Foi debaixo dessa visão que nos dedicamos a todas as pesquisas aqui desenvolvidas. No nosso entendimento, o internalismo consegue nos fornecer uma visão bem fundamentada acerca dos nomes próprios e de suas propriedades. Entrementes, nossa presente pesquisa é somente de cunho propedêutico, haja vista que depois de realizá-la, percebemos, realmente, o gigantesco caminho que ainda temos de percorrer para dar conta de nos posicionar, convictamente, frente às propostas interpretativas acerca dos nomes próprios, mesmo que o internalismo nos seja mais soberbo.

REFERÊNCIAS

AUSTIN, J. **How to do things with words**. 2ª ed. Cambridge: Harvard University Press, 1975.

BRITO, Adriano Naves de. **Nomes próprios: semântica e ontologia**. Brasília: Ed. UnB, 2003.

BURGE, T. Reference and Proper Names. **The Journal of Philosophy**, vol. 70, nº 14, p. 425-439, ago. 1973.

CARNAP, R. **Meaning and Necessity**. Chicago: The University Chicago Press, 1988.

_____. **Testabilidade e significado**. Trad. de Pablo R. Mariconda. SP: Abril Cultural, 1980 (Os Pensadores).

CHATEAUBRIAND, O. **Logical forms. part 1: truth and description**. Campinas: UNICAMP, 2001 (Coleção CLE, v.34).

_____. **Logical forms. part 2: logic, language, and knowledge**. Campinas: UNICAMP, 2005 (Coleção CLE, v.42).

CHOMSKY, N. A Review of B. F. Skinner's Verbal Behavior. In: FODOR, J & KATZ, J (eds). **The Structure of Language: readings in the philosophy of language**. New Jersey: Prentice Hall, Inc., 1964.

_____. **Language and mind**. New York: Harcourt, Brace & World, Inc. 1968.

_____. **Studies on Semantics in Generative Grammar**. 3ª ed. The Hague: Mouton & Co. N. V., Publishers. 1976.

_____. **New horizons in the study of language and mind**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

CHURCH, A. Carnap's Introduction to Semantics. **The Philosophical Review**, vol. 52, nº 3, p. 298-304, mai. 1943.

CUMMING, S. Names. In: **Stanford Encyclopedia of Philosophy (SEP)**. Disponível em <<http://plato.stanford.edu/entries/names>> Acesso em: 20 de Abril de 2014.

CUMMINS, R. & CUMMINS, D. (orgs.). **Minds, brains, and computers: the foundations of cognitive science: an anthology**. Malden: Blackwell Publishers, 2000.

DAVIDSON, D. The logical Form of Action Sentences. In.: RESCHER, N. (Org.) **The Logic of Decision and Action**. Pittsburg, 1966, p. 81-95.

_____. Semantics of natural Languages. In: **Inquires into truth and interpretation**. 4ª reimpressão. Oxford: Clarendon, 1991, p. 55-64.

DENNETT, D. & HOFSTADTER, D. **The Mind's I Fantasies and Reflections on Self and Soul**. Penguin Books, 1985.

DONNELLAN, K. Reference and Definite Descriptions. In: OSTERTAG, G. (ed.). **Definite descriptions – a reader**. Cambridge: The MIT Press, 1998.

_____. Speaking of Nothing. **The Philosophical Review**, vol. 83, nº 1, p. 3-31, jan. 1974.

FLORIDI, L. Semantic Conceptions of Information. In: **Stanford Encyclopedia of Philosophy (SEP)**. Disponível em <[http:// plato.stanford.edu/entries/information-semantic](http://plato.stanford.edu/entries/information-semantic)> Acesso em: 20 de Abril de 2014.

FREGE, G. On Concept and Object. Trad. P. T. **Geach and Max Black. Mind (New Series)**, vol. 60, nº 238, p. 168-180, abr. 1, 951.

_____. Sense and Reference. **The Philosophical Review**, vol. 57, nº 3, p. 209-230, may. 1948.

FODOR, J. "What Do You Mean?". **The Journal of Philosophy**, vol. 57, nº 15, p. 499-506, jul. 1960.

_____. **The Language of Thought**. Cambridge: Harvard University Press, 1975.

_____. **Psychosemantics: The Problem of Meaning in the Philosophy of Mind**. Cambridge: MIT Press, 1987.

_____. **LOT 2: The Language of Thought Revisited**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

FODOR, J & KATZ, J (orgs.) **The Structure of Language: Readings in the Philosophy of Language**. New Jersey: Prentice-Hall, 1964.

GARDNER, H. **A Nova Ciência da Mente**. 3ª ed. São Paulo: Edusp, 2003.

GRICE, P. Meaning. **The Philosophical Review**, vol. 66, nº 3, p. 377-388, jul. 1957.

HUGHES, G. E; CRESSWELL, W. J. **A new introduction to modal logic**. London, New York: Routledge, 1996.

IMAGUIRE, G. & LINSKY, B. (orgs.). **On Denoting 1905-2005**. Munique: Philosophia Verlag, 2005.

IMAGUIRE, G. & SCHIRN, M. **Estudos em Filosofia da Linguagem**. São Paulo, Edições Loyola: 2008.

JACKSON, F. Epiphenomenal Qualia. **The Philosophical Quarterly**, vol. 32, nº 127, p. 127-136, abr. 1982.

KAPLAN, D. Dthat. In: **COLE, P. (ed.). Syntax and Semantics**, vol 9. New York: Academic Press, 1978, p. 221–43.

KATZ, J. Analyticity, Necessity, and the Epistemology of Semantics. **Philosophy and Phenomenological Research**, vol. 57, nº 1, p. 1-28, mar. 1997.

_____. Names Without Bearers. **Philosophical Review**, vol. 103, nº 1, p. 1-39, jan. 1994.

_____. The New Intensionalism. **Mind (New Series)**, vol. 101, nº 404, p. 689-719, out. 1992.

KRIPKE, S. **Naming and Necessity**. Cambridge: Harvard University Press, 1980.

_____. Speaker's Reference and Semantic Reference. In: **OSTERTAG, G. (ed.). Definite Descriptions – a Reader**. Cambridge: The MIT Press, 1998.

KUHN, Thomas S. A estrutura das revoluções científicas. Trad. Beatriz Viana Boeira e Nelson Boeira. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LEVINSON, S. **Pragmatics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983. (Cambridge Textbooks in Linguistics)

MIGUENS, Sofia. **Filosofia da Linguagem: uma introdução**. Porto: Faculdade de Letras da universidade do Porto 2007.

MILL, J. S.: System of logic. In: **The Collected Works of John Stuart Mill**. London and Toronto: Routledge and University of Toronto Press, 1973.

MITKOV, R (ed.). **The Oxford Handbook of Computational Linguistics**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

MORAVICSIK, J. How do words get their meanings? **The Journal of Philosophy**, vol. 78, nº , pp. 5-24, jan. 1981.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Reviravolta lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea**. São Paulo: Loyola, 1996.

PINKER, S. **Como a mente funciona**. Tradução de Laura Teixeira Motta. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PUTNAM, H. Meaning and Reference. **The Journal of Philosophy**, vol. 70, nº 19, p. 699-711, nov. 1973.

RORTY, Richard. **A Filosofia e o espelho da natureza**. Tradução Antônio Trânsito. 2ª ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

RUSSELL, B. A Filosofia do Atomismo Lógico. In: **Ensaio Escolhidos**. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Coleção: Os Pensadores).

RUSSELL, B. Descriptions. In: **MOORE: A. W. (ed.). Meaning and Reference**. Oxford: Oxford University Press, 1993.

RUSSELL, B. Knowledge by acquaintance and knowledge by description. **Proceedings of the Aristotelian Society (PAS)**, New Series, v. 11, p. 108-128, 1910-11.

RUSSELL, B. On denoting. **Mind (New Series)**, vol. 14, nº 56, p. 479-493, out. 1905.

SEARLE, J. Proper names. **Mind (New Series)**, vol. 67, nº 266, p. 156-173, abr. 1958.

SEARLE, J. **Os Actos de Fala – um ensaio de filosofia da linguagem**. Coimbra: Livraria Almedina, 1981.

SEARLE, J. **Intencionalidade**. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SEARLE, J. **A Redescoberta da Mente**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SOAMES, S. **Philosophical analysis in the twentieth century. vol 2, The age of meaning**. Princeton: Princeton University Press, 2003.

SOAMES, S. **Reference and description: the case against the two-dimensionalism**. Princeton: Princeton University Press, 2005.

STRAWSON, P. F. On Referring. **Mind (New Series)**, vol. 59, nº 235, p. 320-344, jul. 1950.

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-Philosophicus**. Tradução de Luiz Henrique Lopes dos Santos. 2ª Ed. São Paulo: Edusp, 1994.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas**. Tradução de Marcos G. Montagnoli. 2ª ed. Petrópolis: Vozes: 1996 (Coleção Pensamento Humano).